

## Capítulo IV

### “Nossa escola, nosso orgulho”

*“Minha escola, meu poema”*

*Risonha e franca, como todas são  
Minha Escola tem algo mais  
Tem um nome do audaz Bandeirante  
Que nos tempos coloniais  
Desbravou nosso sertão  
Caminhando sempre e sempre mais adiante!*

*Minha Escola tem a tradição  
De ser a forja do saber.  
Em suas salas de aula acolhedora  
Na grande, imensa vontade de vencer,  
Formam-se professoras  
Que levam a saudade no coração.*

*Sempre amigos e pacientes amigos no ensinar  
Minha Escola tem mestres dedicados  
Que moldando nossos predicados  
Nos incentivam mais e mais a estudar.*

*Que mais direi da Escola onde estudo?  
Que ela é uma das mais exemplares?  
Pois, dizendo isto digo tudo:  
Chama-se: - Colégio e Escola Normal  
Estadual “Antonio Raposo Tavares”  
Sonia Odette – 2º Normal C –  
JORNORMAL/1966*

O objetivo deste capítulo é descortinar as relações estabelecidas entre a escola e as diversas instâncias da sociedade: qual foi o tecido elaborado em conjunto pela escola e pela cidade? Como a escola lidou com os debates educacionais sobre a formação de professores, visto no capítulo anterior? Como a escola resolveu as imposições legais? Que memória a cidade guarda da escola?

Acatando as ideias de Faria Filho (2002:16) podemos conceber que a influência escolar pode ser sentida para além de seus muros, “[...] irradiando-se para o conjunto da sociedade, constituindo-se em referência importante para a definição de identidades pessoais e coletivas, públicas e privadas, políticas e profissionais entre outras”.

Conforme Demartini (2004:96) salienta, desvendar as teias de significados atribuídos à escola pode implicar em superar os “apagamentos históricos, resgatando experiências que

poderiam não mais compor a história educacional em um dado contexto”. Este é o objetivo deste capítulo, ou seja, através da análise das experiências vividas pela escola em estudo, pretende-se resgatar a história de um curso extinto, relacionando-o ao contexto da escola visto no Capítulo II e à política educacional analisada no Capítulo III. Outrossim, busca-se captar como os diversos sujeitos da escola lidaram com as imposições legais e construíram uma ação que garantiu ao curso de formação de professores da escola em estudo, permanecer em evidência ao longo do período de quarenta anos, ou seja, desde sua criação em 1964, como curso de formação de professores primários até o seu fechamento em 2004, como Ensino Médio, na modalidade Normal, em contraste com a iniciativa dos poderes governamentais de fechá-lo.

Apegando-se aos conceitos apregoados por Mello e Souza num texto antigo, recentemente reeditado (2002), considera-se que uma escola pública se constitui como um grupo social. Ou seja, ao mesmo tempo que resulta de ações propostas e previstas a partir de uma ordenação racional, deliberada pelo poder público, na escola encontram-se elementos que escapam às previsões, pois nascem da própria dinâmica criada pelos seus membros. Assim, apesar de existir uma organização administrativa igual para todas as escolas, pode-se dizer que cada uma delas é diferente das outras. Segundo Mello e Souza (2002):

[...] não saberíamos fazer melhor do que citar os conceitos seguintes de Znaniecki: “Todas as escolas são grupos sociais com uma composição definida e pelo menos rudimentos de organização e estrutura. Sua existência depende basicamente da atividade combinada dos seus membros – os que ensinam e os que aprendem”. “...cada escola enquanto grupo social mantém um certo grau de autonomia interna, uma ordem que lhe é específica, similar à de muitas outras escolas, mas diferente da de outros tipos de grupos...”. (MELLO E SOUZA, 2002, p. 45)

Será neste sentido que focalizaremos a escola neste capítulo, um grupo social que a partir da legislação dirigida à rede estadual de ensino, observada no capítulo III, desenhou sua própria maneira de responder à normatização criando com isso um dia a dia próprio, a partir da ação de diferentes sujeitos em contextos que, de alguma forma, promoveram uma direção para a criação de uma identidade própria, que a fez reconhecida em sua comunidade.

Far-se-á, neste capítulo, um aprofundamento das relações travadas entre escola e o espaço social onde estava inserida, observando as maneiras como a escola fez-se diferenciada perante a legislação padronizadora. Desta forma, iniciaremos o capítulo com algo que marcou a escola, ou seja, um evento que, desde os primórdios, sendo imposto, inicialmente, pela legislação, promoveu a escola para a comunidade: a “Semana do Colégio”, na qual passou a

ser comemorado o aniversário da escola. Se inicialmente, as ações planejadas para esse evento mostravam a escola para a população, nos últimos anos serviu para recuperar o espaço perdido pela escola na comunidade osasquense. Foi por meio das comemorações dos 50 anos da escola que a memória da cidade sobre a escola foi reativada e as relações se estreitaram: a escola passou a realizar projetos em convênio com órgãos do poder municipal, como os estudos do meio realizado pelo Curso Normal no Museu Municipal, no Parque Chico Mendes, na Biblioteca, e os projetos, por exemplo, de teatro, realizado pelo Ensino Fundamental em conjunto com a Biblioteca Municipal. Em seguida retornaremos aos primórdios da escola para que possamos perceber sua rotina cotidiana e, finalmente, adentraremos no curso normal e suas especificidades.

#### **4.1 Os aniversários**

Ao longo dos anos, com as mudanças legais para a denominação das escolas estaduais, nos documentos oficiais a escola imprimiu em seu timbre ao lado de seu nome, a expressão “ex-CENEART”, como já foi dito no capítulo II. Surgiu então, por volta do ano de 2000, um conflito entre grupos dentro da escola: aqueles que não entendiam a sigla CENEART e outros que faziam questão da manutenção do nome tradicional da escola. Essa disputa criou um movimento na escola de resgate de sua memória, movido em resposta à negação da sigla CENEART pela qual, nos anos de 1960, a escola criara sua identidade. Um grupo de professores decidiu realizar um projeto de resgate da história da escola e, a partir de pesquisas nos arquivos da escola e entrevistas com ex-alunos, levantaram eventos realizados e nomes de ex-alunos que ganharam grande expressão na sociedade.

No ano de 2000, a escola fazia cinquenta anos de criação. A equipe conseguiu mobilizar a escola para a comemoração dos “50 anos de aniversário da escola”<sup>1</sup>, no qual organizou-se um grande baile realizado num clube tradicional da cidade, “Associação Atlética Floresta”, que contou com a presença de ex-alunos e ex-professores. Além disso, montou-se na “Semana Cultural”<sup>2</sup> uma exposição com informações sobre a escola e alguns ex-alunos que se destacaram em suas profissões. Foram, também, confeccionados chaveiros e broches com o

---

<sup>1</sup> A equipe de organização do evento adotou como data base para o aniversário da escola, o ano dado pela lei de criação da escola, Lei 607, de 2 de janeiro de 1950 (Anexo II), encontrada na Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo, 1950.

<sup>2</sup> A “Semana Cultural” é um evento organizado tradicionalmente pela escola, embora ao longo dos anos tenha recebido nomes distintos, e hoje ainda faz parte de seu calendário escolar.

brasão da escola. Esses eventos colaboraram para o resgate do nome da escola, que permanece, até hoje, conhecida como CENEART.

Figura 3 - Adesivo comemorativo dos 50 anos de aniversário da escola



Fonte: arquivo pessoal.

Além disso, ao organizar o desfile cívico de sete de setembro (Dia da Independência), a escola tomou como tema a sua própria história, contrariando as orientações dadas pela organização municipal do evento, e colocando em relevo as pessoas que passaram pela escola e se destacaram no município, arrancando da população, segundo contam os professores que participaram do desfile, aplausos comovidos.

O curso Normal (modalidade do ensino Médio) tinha um envolvimento especial com esse projeto, pois, como será descrito mais a frente, fazia parte do trabalho final desse curso o levantamento da história do município e da escola. Desta forma, as alunas, na ocasião do desfile cívico, organizaram um bloco que tinha por objetivo resgatar a imagem das antigas normalistas da escola:

Foto 11 – Desfile de 7 de setembro de 2000. Na foto alunas do curso normal resgatam antigos uniformes usados na escola.



Fonte: Foto publicada no jornal “Primeira Hora”, 21 a 27 de outubro de 2000, primeira página

Inicialmente, foi proposto que, durante o desfile, o Curso Normal fosse representado de alguma forma. Conversando com os professores mais antigos da escola e verificando fotos antigas, decidiu-se que a maneira mais simples e direta para trazer a lembrança desse curso seria organizar um batalhão em que as alunas usassem o tradicional uniforme das normalistas: saia azul marinho, camisa branca, gravata azul, meias brancas e sapatos pretos. De fato, na avenida durante o desfile, foi o batalhão que mais chamou atenção, recebendo muitos aplausos.

Ainda dentro dessas comemorações, em 05 de outubro de 2000, a Câmara Municipal de Osasco destinou uma sessão especial em homenagem ao CENEART, pela passagem de seu cinquentenário. Na sessão realizada no ginásio de esportes da escola, foi entregue um cartão de prata aos professores: Walter Sylvio Dominas, Helena Pignatari, Manoel Silva, José Ivo Rocha e Alcyr Porciúncula (“in memoriam”). Eram eles, respectivamente, o ex-diretor que assumiu a escola no momento de inauguração de seu prédio próprio, ajudou a construir a imagem de um colégio responsável pelo seu dever e com auxílio da comunidade levantou o ginásio de esportes da escola; uma das primeiras professoras de história e geografia do colégio, especialmente marcante por incentivar os alunos a participarem de movimentos sociais, culturais e políticos, o que causou sua retenção no regime militar de 64; Manoel fez parte da primeira turma de formandos do colégio e retornou como professor de biologia, vivendo toda sua carreira na escola; o professor José Ivo era o treinador das equipes esportivas do colégio na década de 60 e trouxe muitos troféus e reconhecimento para a cidade; Alcyr foi o primeiro professor efetivo da casa e foi responsável pelo quadro do patrono da biblioteca municipal, Monteiro Lobato, falecendo em 1978, o que promoveu uma grande mobilização dos professores da escola para os movimentos grevistas vividos naquele período.

A justificativa para esse ato foi assim colocada:

O CENEART é a mais tradicional e antiga escola pública do nosso município.

Por seus bancos passaram figuras ilustres de nossa cidade, nas mais variadas áreas de atuação.

Na passagem dos seus 50 (cinquenta) anos de funcionamento, esta casa de leis não poderia deixar de prestar esta homenagem, através dos seus mais representativos professores.

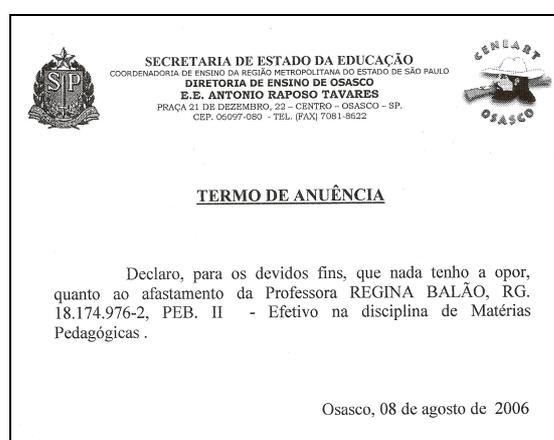
O CENEART está ligado a própria história de Osasco, e a homenagem que ora se presta, nada mais que um reconhecimento da importância dessa escola para a nossa cidade. (Projeto de Decreto Legislativo nº 13/00)<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Texto cedido pela Câmara Municipal de Osasco, em consulta a seus arquivos.

Podemos perceber que a escola conseguiu com esse evento especial muito mais do que o resgate de sua memória, ela alcançou a cidade e conseguiu ser vista por ela, restabelecendo as relações que estavam adormecidas, mesmo que, por um curto espaço de tempo, pois a manutenção dessas relações exige um empenho permanente de ambos os lados e o dia a dia acaba por atenuá-las, diferentemente do que acontecia nas décadas de 1950 e 1960, quando os eventos patrocinados pela escola eram mais constantes e estavam mais próximos da comunidade. De qualquer forma, a escola passou a imprimir em seus documentos oficiais o seu emblema com a sigla CENEART, tal como pode ser visto em documento recente:

Figura 4 – Documento Oficial da Escola em 2006



Fonte: Arquivo Pessoal

No decorrer de minha pesquisa percebi que, apesar da importância dada à festa dos cinquenta anos que garantiu o resgate da identidade da escola na cidade, esse tipo de comemoração não era algo novo, constituindo-se, na verdade, em uma tradição, já que foi repetida ao longo dos anos e embora, nas décadas de 1950 e 1960, fosse uma determinação legal a comemoração do “Dia do Colégio”, na escola em questão tal comemoração ganhou grandes proporções, e voltou a ser comemorada nos últimos anos (de 1995 em diante), mesmo sem a imposição normativa.

Foram descobertos, através da leitura das atas de reuniões de professores e recortes de jornais avulsos guardados por pessoas ligadas à escola, os seguintes eventos: comemorações em 1964; uma grande festa nos 18 anos de fundação (1968), patrocinada pela escola; em 1975 houve a comemoração das “bodas de prata”, ocasião em que a escola recebeu uma diplomação da Câmara Municipal de Osasco; e, em 1995, houve a comemoração dos quarenta e cinco anos, patrocinada por ex-alunos da escola, além do cinquentenário já mencionado.

Vejam assim, como ocorreram as comemorações conforme as informações colhidas nas diversas fontes pesquisadas: na ata de reunião de professores, de 8 de outubro de 1964, há a programação para a comemoração da “Semana do Colégio” em grande estilo, pois foi constituída uma comissão de professores responsável pela organização da semana que ficou assim programada: dia 26 de outubro, canto Orfeônico e visita das 2<sup>as</sup>. e 4<sup>as</sup>. séries do ginásio à “Casa do Bandeirante”, no Butantã; dia 27, eleição pelos professores de história do melhor trabalho apresentado pelas 1<sup>as</sup>. séries sobre o Bandeirismo e exposição de mapas sobre o assunto, introdução do crucifixo no colégio durante a aula de religião, inauguração da biblioteca com o retrato do professor Messias Freire (patrono falecido), e inauguração das placas dos patronos das classes (ficara decidido que os alunos de cada classe escolheriam uma personalidade para ser o patrono da sala); dia 28, as aulas ficariam suspensas no período da manhã e à tarde haveria demonstrações de ginástica, disputa de voleibol e futebol de salão, a cargo dos professores de educação física; à noite haveria uma sessão “litero-musical” com a presença de autoridades da cidade; dia 29, os professores de português apresentariam com os alunos da 4<sup>a</sup>. série uma alegoria e um concurso de poesias sobre o bandeirismo; finalmente, dia 30, haveria uma palestra proferida pelo poeta Paulo Bonfim (convidado pela Congregação). Além disso, foi constituída uma comissão de professores para a confecção da bandeira do colégio.

O ano de 1964 corresponde ao segundo da escola no prédio novo, e podemos perceber que a comemoração se volta para a constituição dos espaços da escola: biblioteca, patronos para as salas de aula, pesquisas e exposição sobre os Bandeirantes, pois o nome da escola é de um bandeirante, confecção da bandeira do colégio. Essas atividades se voltam para a consolidação de uma identidade no novo espaço e sua apropriação.

Em novembro desse ano haveria a primeira “Feira de Ciências” no colégio, além disso solicitou-se a participação dos professores na campanha para a aquisição de livros para a biblioteca. Segundo o relato do ex-diretor desse período, o CENEART foi a primeira escola que realizou a Feira de Ciências em Osasco, e depois foi seguida pelas outras escolas, criando uma nova tradição no período, ou seja a realização de feiras de ciências:

*Sobre a atuação da escola, o professor coloca que a escola era muito atuante, começou a promoção de feiras de ciências, na verdade, em toda a nossa região as primeiras feiras de ciências que surgiram foram em nosso colégio. Isso era um incentivo aos alunos a se dedicarem aos estudos e apresentarem experiências ao público. A feira era bem grande, os pais dos alunos compareciam e isso serviu de exemplo, pois, depois as outras escolas*

*começaram também, a fazer estas feiras.* (Relato D – depoimento de ex-diretor da escola – Apêndice A)<sup>4</sup>

Na comemoração de 1968 foi elaborado um impresso para o evento com a descrição de uma série de atividades programadas: organizou-se um evento na escola no qual foram introduzidos o dístico e a bandeira da escola, além dos pavilhões nacional, paulista e da emancipação de Osasco. Foi realizado um desfile, que percorreu as ruas de Osasco até a Câmara Municipal, onde um grande bolo de aniversário aos acordes de “Parabéns pra você” foi repartido e distribuído às autoridades<sup>5</sup>. Além disso, o desfile contou com alegorias que representaram Antonio Raposo Tavares; a emancipação de Osasco; a chave da ferrovia, considerada o marco inicial de Osasco; um carro alegórico do curso primário representando o Sítio do Pica-Pau Amarelo; os esportes foram representados pela equipe feminina de voleibol, a masculina de bola ao cesto e o desfile dos troféus conquistados pelo colégio; e os alunos das extensões<sup>6</sup>.

Podemos perceber pelo cuidado com que foi organizado o evento de 1968 e os assuntos abordados nos desfiles, que a escola estava integrada às raízes do município, primeiro apresentando uma alegoria de Antonio Raposo Tavares, um bandeirante que ocupou a região no século XVII, depois a questão da emancipação do município e, finalmente, as equipes esportivas que se destacavam no colégio e levavam o nome do município e da escola nos diferentes campeonatos em que participava, na década de 60. No catálogo informativo sobre os eventos da comemoração de aniversário foram encontrados, também, o número de alunos que a escola teve ao longo de sua existência até aquele momento, conforme podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 5 - Número de alunos matriculados ao longo dos primeiros 18 anos de funcionamento da escola

<b>Ano letivo</b>	<b>Nº. de alunos</b>	<b>Observações</b>
1952	68	Curso ginásial
1953	267	Curso ginásial e Colegial Científico
1954	309	Curso ginásial e Colegial Científico
1955	376	Curso ginásial e Colegial Científico
1956	442	Curso ginásial e Colegial Científico

<sup>4</sup> Relato do ex-diretor da escola (década de 60), colhido por meio de entrevista, registrada em gravador de voz: Relato D – Apêndice A

<sup>5</sup> Informações retiradas de notícia de jornal publicada em 2/11/1968 – “A Região”

<sup>6</sup> As extensões eram uma saída administrativa para a ampliação de vagas: utilizando-se da estrutura escolar existente, abria-se novas vagas que seriam colocadas em prédios alternativos sem a necessidade de ampliar o custo com pessoal administrativo ou com a realização de novos concursos para professores.

Ano letivo	Nº. de alunos	Observações
1957	441	Curso ginásial e Colegial Científico
1958	452	Curso ginásial e Colegial Científico
1959	426	Curso ginásial e Colegial Científico
1960	484	Curso ginásial e Colegial Científico
1961	485	Curso ginásial e Colegial Científico
1962	486	Curso ginásial e Colegial Científico
1963	1.653	Novo prédio: Ginásio e Colégio científico e clássico
1964	2.454	Novo prédio: Ginásio e Colégio científico e clássico
1965	2.953	Colégio e Escola Normal – sede e extensão Vila Yara
1966	3.520	Sede e extensão Vila Yara
1967	3.638	Sede e extensões Vila Yara e Bittencourt
1968	4366	Sede e extensões: Vila Yara, Campesina

Fonte: Documento sobre o histórico do colégio – 1968.

Até a década de 60, a maioria dos alunos estava matriculada no curso ginásial, tanto que foi encontrada grande imprecisão nos trabalhos sobre a história da escola, confundindo-se o início do secundário científico (1953) com o secundário clássico (1963), como pode ser observado, por exemplo, na obra de Miranda (1987). No entanto, está registrada nas atas da escola: a primeira formatura do curso secundário científico aconteceu em 1955, com apenas seis alunos.

Os dados acima, somados aos que já foram apresentados no capítulo II, apontam para as razões da importância adquirida por esta escola junto à população: ela era responsável por um grande número de matrículas, assegurando assim que muitas pessoas tivessem acesso ao ensino secundário, considerado como fator de aquisição de melhores condições de vida. Além disso, oferecia uma imagem de compromisso diante de um corpo docente que cumpria suas responsabilidades, e, representava a possibilidade de sucesso, à medida que seus alunos participavam e conseguiam posições de destaque em campeonatos esportivos e culturais, além da visibilidade política dada aos alunos que se destacavam na atuação no grêmio escolar.

Conforme notícias encontradas sobre a escola na imprensa<sup>7</sup>, com as orientações do professor de educação física, José Ivo Rocha, a equipe de bola ao cesto chegou a representar a escola e o município em um campeonato intercolegial realizado em Montevideu. Mas

<sup>7</sup> Jornal “A Região”, publicações de 1965 a 1969.

ocorreram outros feitos: a equipe feminina de vôlei chegou às primeiras colocações nos Jogos Regionais do Interior; a equipe de futebol “Dragões do CENEART” disputava jogos com diversas equipes esportivas na década de 60; a fanfarra da escola, nos primeiros anos de emancipação era convidada a representar o município em diversas apresentações, além de conquistar os primeiros lugares em campeonatos de bandas e fanfarras. Podemos perceber que a escola ultrapassava os limites de seus muros e suas conquistas eram vistas pela população de seu entorno como fator de qualidade da escola.

O “Jubileu de Prata do CENEART” foi comemorado na Semana do Colégio (20 a 28 de outubro). Uma comissão de professores ficou responsável pela organização dos festejos, nos quais foram convidados os padres Charbonneau e Quevedo para conferências, pelo grande poder de comunicação entre os jovens. Organizou-se, também, uma exposição sobre o histórico do colégio, shows entre os alunos, encenação de peças infantis, e um grande bolo de aniversário<sup>8</sup>.

Não há muitas fontes sobre a comemoração das “Bodas de Prata” apenas um diploma da Câmara Municipal, encontrado na diretoria da escola e a pré-organização do evento em uma ata de reunião de professores, de 01 de outubro de 1975.

Diferentemente das comemorações realizadas até então, temos em 1995 um novo tom para as festas do colégio. Em uma reportagem<sup>9</sup> sobre os quarenta e cinco anos de CENEART, percebemos que essa comemoração foi patrocinada pelos ex-alunos que estudaram na escola até 1975. O objetivo era realizar um baile na qual os antigos alunos se reunissem para rememorar fatos vividos e promover o “Resgate do CENEART”, angariando fundos para ajudar a escola.

No artigo publicado nesse jornal, “CENEART confraterniza-se no velho estilo dos bailinhos do grêmio”, relata-se que eram esperados muitos convidados que se tornaram expoentes em suas áreas e que iniciaram sua vida estudantil no CENEART. Muitas informações sobre o cotidiano da escola são aí reveladas: na reportagem, um ex-aluno (Espinosa) conta que em 1967, os diretores das escolas estaduais

[...] receberam a orientação de implantar como uniforme os famosos guarda-pós brancos (...) a “resistência à ordem foi comandada pelo Barreto, presidente do CEO, e pelo pessoal do grêmio, o Waltinho da Eternit á frente”. No primeiro dia que os alunos seriam obrigados a usar o uniforme “os estudantes foram vestidos de roupas de baile de formatura, smoking os rapazes, longos e longuetes as meninas. No dia seguinte, todos apareceram em andrajos, com roupa de festa junina, joelhos remendados, calças

<sup>8</sup> Ata de reunião de professores, de 01/10/1975 – Arquivo Morto.

<sup>9</sup> Notícia publicada no jornal “Primeira Hora”, em setembro de 1995 (recortada pelo ex-diretor da escola da década de 60) – Arquivo pessoal.

rasgadas”. O protesto durou até a direção se conformar em adiar os guarda-pós. “Por isso o CENEART ainda ficou uns dois anos sem os uniformes. Seguramente foi a última escola do Estado a se sujeitar à roupa que o pessoal considerava ridícula”<sup>10</sup>

Isso acontecia, principalmente, no período noturno, no qual os alunos eram mais participativos e atuantes no Grêmio Estudantil. Conforme o ex-diretor da escola (conversa informal) durante o dia os estudantes usavam o uniforme da escola, mas na década de 70 “as capas” foram implantadas para todos. Outro relato interessante no artigo é de uma das responsáveis pela realização do evento:

Eliana entrou no CENEART em 1969, quando o ato institucional numero 5 já estava em vigor e grande parte dos alunos que lideraram as gigantescas manifestações de 1968, que tornaram Osasco famoso em todo o país, já estavam com as cabeças em outro lugar. Alguns como o ex-presidente do Grêmio e do CEO (Círculo dos Estudantes de Osasco, criado em substituição à UEO) Osni Gomes já morava no Chile; de lá fugiria para a Suécia, onde permanece até hoje, como diretor de cinema e TV. Outros estavam presos, como Roque Aparecido da Silva e José Ibrahim, este também ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos – ambos seriam depois banidos do país, em troca de embaixadores seqüestrados pelas forças guerrilheiras. Outros ainda combatiam a ditadura com armas nas mãos, como Roberto Espinosa, hoje diretor do Primeira Hora e José Campos Barreto, o Zequinha, que, em 17 de setembro de 1971, seria abatido sob uma árvore no sertão da Bahia, ao lado do ex-capitão do Exército (e do 4º. RI, de Quitaúna) Carlos Lamarca. Meses depois que Eliana entrou no ginásio do CENEART, sem que ela soubesse outro ex-aluno do colégio, da extensão do Quilômetro Dezoito, Carlos Roberto Zaniratto, seria “suicidado”, lançado pela Operação Bandeirante sob as rodas de um caminhão, depois das festas de São João e João Domingues da Silva tombaria em tiroteio, no bairro do Pacaembu. Ela concluiu o colégio em 1975, quando o velho CENEART já não tinha a qualidade anterior e sua tradição de luta estava transformada em cinzas que abafam o fogo. (Jornal “Primeira Hora” – setembro de 1995).

Completando essas informações, por ocasião do aniversário do sindicato dos metalúrgicos de Osasco, foi lançado um vídeo sobre as greves operárias de 1968: “Osasco é o exemplo: 1968 – Greve de Osasco”, no qual aparece a atuação de Zequinha Barreto, que foi citado no relato da notícia acima. Há também, uma publicação sobre a vida de Zequinha: “Zequinha Barreto: um revolucionário brasileiro”, patrocinada pelo Sindicato dos Químicos Unificados de Plásticos, Abrasivos e Similares de Campinas, Osasco, Vinhedo e Região, no qual se encontra o Instituto Socialismo e Democracia José Campos Barreto – Zequinha Barreto, que tem como um de seus objetivos guardar a memória das manifestações contra o regime militar implantado em 1964.

---

<sup>10</sup> Trecho de notícia retirado de recorte de Jornal: Jornal Primeira Hora, publicado em setembro 1995.

Essas publicações, notícias de jornais e o livro de Zequinha Barreto demonstram que a atuação dos estudantes não era restrita ao ambiente escolar, lembrando que no período noturno havia muitos estudantes operários. No depoimento colhido de uma ex-aluna (“Relato C” – Apêndice A), ela cita que freqüentava o curso normal durante o dia e o clássico à noite e que, após a invasão da polícia militar na escola à noite, prendendo professores e alunos, ela desistiu do curso noturno.

Essa é uma outra história que precisa ser desvendada, talvez em uma outra pesquisa, pois há poucos registros desses fatos e, mesmo assim, bastante fragmentados. Segundo o diretor da escola na época, houve sim, muitos alunos que gostavam de participar dos protestos e foram presos, mas isto não atingia a escola, era algo que acontecia do lado de fora. Podemos perceber por essa pequena amostragem, no entanto, que os alunos e a escola não estavam alheios aos acontecimentos do período e que, certamente, estes interferiam no cotidiano escolar.

Pelas comemorações de aniversário da escola percebemos que, na década de 60, elas extrapolaram os muros da escola, estavam voltadas para a formação da identidade da escola junto à cidade. As comemorações da década de 1970 estavam voltadas para dentro da escola, e não há indícios de grandes comemorações realizadas na década de 1980, a não ser as “Raposiadas”, evento interno que substituiu a “Semana do Colégio”. Já nas comemorações de 1995 em diante, verificamos, como um de seus objetivos, o resgate da escola, voltando-se para a construção de uma memória sobre essa. Memória esta, calcada nos acontecimentos da década de 1950 e 1960. Assim completando o que já analisamos no capítulo II nos deteremos, brevemente, neste período para entendermos porque este foi constituído como um momento importante para a construção da identidade da escola.

#### **4.2 O cotidiano escolar nos primeiros anos do curso secundário**

O Ginásio Estadual de Osasco foi instalado, no período noturno, no mesmo local onde o Grupo Escolar “Marechal Bittencourt” funcionava no período diurno, seguindo as diretrizes governamentais do período conforme foi estudado por Beisiegel e Spósito e, brevemente resumido no capítulo II desta dissertação. Apesar de o grupo escolar conseguir atender o dobro da população escolar primária em suas novas instalações, rapidamente a demanda tornou-se superior a sua capacidade e seu horário de funcionamento foi desdobrado. Essa crescente população atendida pelo grupo escolar era, potencialmente, futura demanda para o ensino secundário.

Relembrando o que já foi dito, em 1952, iniciou a primeira turma de ginásio após os exames de admissão. Em seguida, em 1953, foi instalado no mesmo prédio o curso científico do ensino secundário de segundo ciclo, transformando o Ginásio Osasco em Colégio Estadual de Osasco (CEO), conforme a Lei nº 968, de 29 de janeiro de 1951, que autorizava o estabelecimento a funcionar como colégio. No entanto, desde 1952 o colégio já estava renomeado como Colégio Estadual “Antonio Raposo Tavares” (CEART). Percorrendo as atas de reuniões do período, não há menção sobre possíveis atritos entre a direção do grupo escolar e do curso secundário, fazendo-nos deduzir que os conflitos gerados neste tipo de situação, o uso do mesmo espaço por duas escolas diferentes com clientela diferentes, já documentados na bibliografia educacional, no caso de Osasco eram resolvidos sem constarem nas atas.

Considerando que o grupo escolar possuía apenas dez salas de aula, e levando-se em conta o levantamento de alunos matriculados até 1968, colocado na tabela anteriormente, o curso secundário era responsável por classes com grande número de alunos. Mesmo assim, a década de 1950 foi um período em que os alunos se aproximavam uns dos outros, conforme pode-se perceber pelo depoimento do ex-aluno e professor de biologia, gravado na ocasião do cinqüentenário da escola:

*[...] para ir para a escola. Colocava terno e gravata que era obrigatório e chegava pela rua, hoje chamada de São Maurício, antigamente chamada de Rua das Cabras. Subia por esta rua até a casa do colega Heitor Cenigalia, passavam, em seguida, pela casa da família Fassanaro, Rômulo Fassanaro, Paulo Fassanaro e também suas irmãs Amélia e Risomar e iam todos a pé em direção hoje, ao Jardim das Flores, antigamente chamado de Pinheirinho, pela estrada dos pinheirinhos, atravessavam o córrego João Alves por uma pinguela e subiam em direção a atual TELESP, e dali chegavam até o Bittencourt. Assistiam as aulas até por volta das dez e meia da noite e novamente faziam o caminho de retorno sem problemas ou medo de assalto ou de violência. A única coisa que preocupava na época eram os cachorros que corriam atrás deles e também o gado que ficava esparramado pelo pasto onde hoje é o Jardim das Flores e o Fórum. [...] Iam tranquilos e voltavam mais tranquilos ainda. Nos finais de semana costumavam se reunir para fazer os trabalhos pedidos pelos professores. (Relato E - Apêndice A)<sup>11</sup>*

Essa aproximação entre os alunos permitia a formação de grupos, que além da grande amizade, eram organizados para estudar, para participar de campeonatos, para se mobilizarem para a conquista de algo na escola, construindo uma rede de cooperação e solidariedade. Será neste clima que serão moldadas as características da escola nos seus primeiros vinte anos.

---

<sup>11</sup> Depoimento de ex-aluno e ex-professor de biologia gravado para “CENEART 50 anos”-

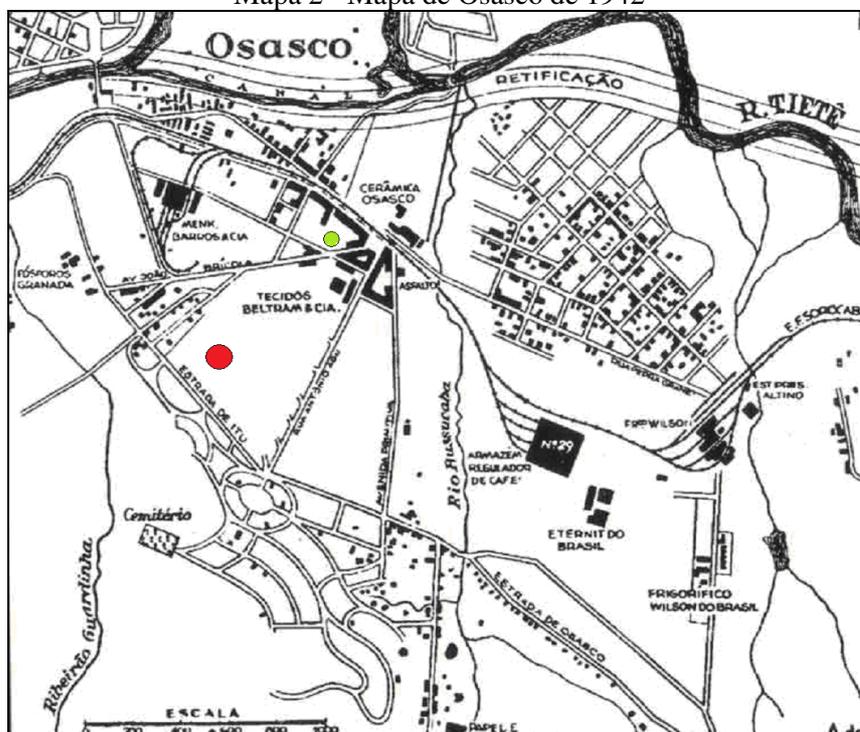
O CEART funcionou em período noturno no mesmo prédio do grupo escolar durante 12 anos, se contarmos desde o momento de sua criação. Sua identidade foi construída, nesse período inicial, como uma escola que possuía também um forte compromisso com a qualidade de ensino, completada com o rigor de seus professores, além de sua atuação na comunidade através de festas e cerimônias cívicas e comemorativas.

No depoimento recolhido em entrevista com a professora de história Helena Pignatari Werner, realizado por Martim (2006) em seu estudo “A escola secundária e a cidade: Osasco, anos 1950/1960”, é colocada a necessidade de entender o que significou a instalação da escola secundária:

*Você tem que falar o impacto que foi o aparecimento dessa escola no cenário: quando a escola aparece noturno, ela foi instalada como noturno, aquele lado todo do alto da igreja era tudo escuro, não havia iluminação elétrica, então isso é que vai explicar porque você vai encontrar mãe e filha na mesma sala, tio e sobrinha, tio e sobrinho, porque aquele caminho não era muito fácil não, era um caminho bastante perigoso e a volta 11 horas da noite, como é que as meninas vão voltar a essa hora? (Entrevista de Helena Pignatari concedida a Martim (2006: 157).*

Podemos observar a área mencionada no relato no mapa a seguir, o local aproximado onde estava localizado o Grupo Escolar está demarcado com um círculo vermelho:

Mapa 2 - Mapa de Osasco de 1942



Fonte: Câmara Municipal de Osasco

Disponível: <http://www.camaraosasco.sp.gov.br/osasco/historia/index31.htm>

Escolhi utilizar o mapa de Osasco de 1942, pois nele encontramos facilmente alguns marcos importantes do início povoação de Osasco: na parte inferior do mapa temos a fábrica de papel e papelão, na parte superior, o rio Tietê e a Cerâmica Osasco. Vemos que o lugar aproximado, onde foi construído o Grupo Escolar Marechal Bittencourt, era uma região de terrenos desocupados, ainda na década de 1950 e, mais tarde, preenchido por indústrias de grande porte ao lado de novas residências. A qualidade de vida era bastante precária: não havia serviço de iluminação das vias, esgoto ou transporte. Neste caso, o local onde estava o Grupo Escolar era um espaço escuro e sem movimento de pessoas, a não ser na entrada e saída da escola. As dificuldades enfrentadas no período levavam à aproximação entre os alunos. Como vemos pelo depoimento do ex-professor, esses andavam em grupo, mas quem não tinha esta possibilidade contava com o apoio dos familiares, como vemos no depoimento da professora de história, já que um caminho deserto, escuro e sem transporte sempre pode ser considerado perigoso.

O grupo escolar foi construído em uma área distante pelo menos 700 metros da estação de trens, que era a área de povoamento mais antigo. Mas observando-se o mapa acima, pode-se perceber a expansão do distrito de Osasco com a criação de uma Vila Militar em torno da Fábrica de Fósforos Granada, o loteamento entre a Estação de Presidente Altino e a Cerâmica Osasco e a ocupação nas proximidades da Estrada de Osasco. Conforme vimos no gráfico populacional retratado no Capítulo II, Osasco teve, na década de 1950 e 1960, sua população rapidamente multiplicada.

Na escola secundária, o ano letivo, na década de 1950, era iniciado com uma peça teatral encenada pelos alunos sob a responsabilidade da professora de história:

*No CEART o que havia de importante era que os anos letivos sempre iniciavam com uma peça teatral, isso era devido ao trabalho incessante de uma professora muito importante para Osasco, a professora Helena Pignatari, que sempre incentivou os alunos a participarem do teatro. Não só indo assistir peças que estavam sendo lançadas como também fazer teatro dentro da própria escola. Se lembra que em 1955, o ano letivo foi iniciado em março com uma peça chamada “O Imbecil” de Luigi Pirandello, nessa peça participaram vários alunos entre eles Heitor Cenigalia, hoje jornalista... (Relato E - Apêndice A)<sup>12</sup>*

Na entrevista da professora de história descrita por Martim (2006), podemos perceber uma intensa integração dos alunos com a escola e com os professores. A professora descreve que nos finais de semana alunos e professores iam para a escola para praticar esportes, ensaiar teatro, frequentar a biblioteca. O Grêmio promovia uma sessão de cinema aos domingos. Isso

---

<sup>12</sup> Depoimento de ex-aluno e ex-professor de biologia gravado para “CENEART 50 anos”-

era possível porque havia uma funcionária da escola que morava ao lado e abria as instalações. Os alunos tinham a responsabilidade de manter a escola e deixar tudo limpo e isso era cumprido. Essas colocações realçam a hipótese de que os conflitos entre o grupo escolar e o colégio não eram tão intensos, já que os alunos desse último frequentavam a escola nos finais de semana, mantinham a ordem e conseguiam ter livre acesso, consideramos portanto, que não deveria haver reclamações sobre a depredação do prédio ou destruição dos materiais das crianças, o que talvez justifique o silêncio nas fontes sobre possíveis conflitos entre o grupo escolar e o ensino secundário.

Conforme encontramos na entrevista concedida pela professora de história, um elemento que foi muito importante na integração dos alunos foi o esporte. Na escola havia alunos de todos os segmentos sociais e havia muitos campeonatos. De repente, o time da escola perde um jogo importante porque o principal jogador faltou. Os alunos inconformados resolvem visitar o colega para saber o que aconteceu, descobrem uma casa paupérrima, o colega desesperado com uma filha doente e sem dinheiro. Todos se mobilizam, buscam os pais, um que é médico, outro que consegue um hospital, outro que ajuda com os remédios. Os alunos se integram, descobrem a realidade, tornam-se mais humanos, mais sensíveis, mais críticos (MARTIM, 2006: 160-161).

Isso é possível também, graças a atuação dos professores que, ao mesmo tempo em que são austeros, também são abertos aos diálogos, confissões, dificuldades, alegrias...

*Nós conhecíamos todos os alunos pelo nome, nós sabíamos dos namoricos e como sabíamos dos namoros, nós sabíamos também das brigas, que as alunas vinham, às vezes, chorando porque brigou com o namorado tal e coisa. Brigavam uma com a outra. Nós sabíamos tudo, eles contavam tudo para a gente; eles sabiam que não tinha nenhum professor dedo-duro, que ninguém ia dar bronca, pelo contrário, ia tentar entender a situação. (Entrevista de Helena Pignatari concedida a Martim (2006: 164-165).*

Outro exemplo da proximidade dos alunos com os professores é citado no depoimento do ex-aluno e ex-professor de biologia da escola, quando descreve o seu tempo de estudante:

*(...) fundamos um clube de química, graças ao incentivo de uma professora chamada Hemógena Euracles de Jesus Cesar, que na época também era professora da escola técnica geral e professora que participava das bancas de concurso de ingresso então realizados, normalmente, no colégio Roosevelt em São Paulo. Essa professora, todos os sábados, reunia os alunos, do colegial daqui, em sua casa para discutir os problemas do clube de química, eram trabalhos que tinham que ser feitos pelos alunos sobre diversos cientistas e diversas artes em relação a parte química. Esse clube persistiu durante muito tempo e depois surgiu*

*também, o clube de biologia que também permaneceu aqui durante muitos anos. (Relato E - Apêndice A)<sup>13</sup>*

Por outro lado, também podemos relatar o respeito às regras da escola na época. Na ata de reunião de professores de maio de 1953<sup>14</sup>, ficou decidido que, para que houvesse sempre uma prova de nota de sabatina, todas as provas escritas seriam arquivadas na secretaria, além disso:

Ficou determinado que para haver uniformidade nas provas, e, afim de evitar prováveis consultas aos cadernos, as sabinas seriam feitas em papel almaço que o aluno entregaria com antecedência à secretaria, para ser carimbado e depois distribuído indistintamente nas classes na hora da realização da sabatina. (Livro de Atas de Reuniões de Professores do Ensino Secundário – Arquivo Morto da Escola).

Já em setembro de 1953, houve outra reunião que ordenava o comportamento dos professores: o tempo de tolerância para entrada em sala, na primeira aula, era de cinco minutos; nenhum aluno poderia entrar em sala após a entrada do professor; os professores deveriam entregar as notas e frequências mensais até o quinto dia útil do próximo mês; deveriam respeitar a proibição de fumar em classe, conforme determinava o regimento interno; e advertia-se sobre a proibição de ditar pontos, considerado um processo antipedagógico, sendo que a direção iria assistir algumas aulas.

Em 3 de junho 1955, temos outra ata de reunião de professores que exemplifica a formalidade empenhada no processo de ensino. Essa reunião tratou das provas mensais e parciais que seriam realizadas e a organização necessária devido aos problemas ocorridos nas provas anteriores. Ficou determinado que os professores deveriam marcar com o diretor as datas em que pretendiam realizar as sabinas e ele avisaria aos alunos por meio de comunicado afixado no pátio. Caso o aluno não comparecesse, deveria justificar sua ausência para ser arguido oralmente.

As provas parciais seriam iniciadas no dia 20 de junho e os professores teriam até o dia 18 para entregar a lista de pontos, que deveria ser entregue diretamente ao diretor para que as informações não vazassem. Duas provas parciais deveriam ser realizadas no mesmo dia: uma às dezenove horas e outra às vinte horas e trinta minutos, no entanto, se o professor responsável chegasse atrasado, esta seria suspensa. Os pontos deveriam conter pelo menos três partes distintas, não relacionadas entre si, uma das quais deveria ser constituída por

---

<sup>13</sup> Depoimento de ex-aluno e ex-professor de biologia gravado para “CENEART 50 anos”

<sup>14</sup> Livro de ata de reuniões de professores secundários – Ata de 18 de maio de 1953 (Arquivo Morto da Escola).

questões. As matérias lecionadas até o dia 13 deveriam ser incluídas e as aulas continuariam normalmente até dia 20.

Quanto aos professores de língua, foi solicitado que colocassem os números das páginas do livro onde estariam os trechos utilizados para a tradução e o ditado, sendo que este deveria ser realizado nos últimos dez minutos, “...para impedir que palavras da tradução possam avivar a memória e preencher as lacunas do ditado” (Ata de reunião de professores do ensino secundário – Arquivo Morto da Escola). Os erros de português deveriam ser considerados em todas as disciplinas. Os professores solicitaram, ao menos, que um horário fosse elaborado para que a mesma turma não fizesse dois exames no mesmo dia. Os professores que não estivessem aplicando exames naquele horário deveriam fiscalizar o exame de outras disciplinas. Ao término do exame, o aluno deveria voltar para casa.

Todas essas resoluções seriam comunicadas aos pais:

...o Sr. diretor lembrou que vai promover uma reunião entre pais e mestres para que possa haver conhecimento e entendimento quanto ao modo de trabalho da direção, sistema pedagógico vigente de modo que, bem orientados, possam colaborar na obra educativa.<sup>15</sup>

Conforme vemos, a reunião seria realizada antes dos exames, isso indica uma postura diferente daquela vivenciada nas escolas pelas quais passei nos últimos vinte anos, nas quais os pais são chamados às reuniões apenas para verificar o resultado final, ou seja, após as provas do bimestre. Uma reunião como foi descrita permite uma aproximação maior dos pais com a escola, esses ficavam sabendo quais eram as orientações e os procedimentos adotados, acatando-as ou não, mas acima de tudo reconhecendo, ou melhor, atribuindo valor à escola.

Além disso, toda essa formalização para a realização das provas seguida pelos professores e pela direção refletia a imagem, para o alunado e seus pais, de uma escola rigorosa que primava pela qualidade.

Assim, da leitura das atas das reuniões escolares podemos perceber que a escola buscava cumprir o que a ela era determinado na legislação. Nas datas comemorativas, como Dia das Mães, Páscoa, Dia da Árvore, Dia do Colégio, Dia da Independência do Brasil, eram organizados eventos por comissões de professores nos quais encontramos apresentação de músicas pelos alunos, organização de palestras, conferências e exposições, exibição e filmes e discursos de autoridades convidadas para as festividades, entre outros. Por exemplo, em 07 de setembro de 1954, ocorreu na escola a comemoração cívica do dia da Independência, que

---

<sup>15</sup> Livro de Ata de reuniões de professores/1955 – Arquivo Morto da Escola

contou com uma programação previamente elaborada, na qual constou uma palestra realizada pela professora de História escolhida pela Congregação<sup>16</sup>, números de orfeão, recitativos, bailados e exposição de arte e civismo. Outras festas tinham um caráter menos oficial, mas com grande participação dos alunos, como encontramos no depoimento sobre uma festa junina:

*Nessa época, nós tínhamos nas festas juninas a organização de grandes festas aqui dentro, inclusive com o famoso casamento, a quadrilha era encerrada com o casamento caipira. [...] ...chegavam a alugar uma charrete para buscar a noiva em casa já devidamente vestida trazendo até o local onde a festa estava sendo realizada, para efetuar o célebre casamento após a dança da quadrilha. Era uma festividade muito comemorada, muito aguardada, muito esperada e cheia de vontade de diversão, única e exclusivamente. Havia um espírito de companheirismo entre todos os alunos e uma vontade enorme de se aprender. (Relato E - Apêndice A)<sup>17</sup>*

Todos esses relatos estão colorindo um quadro, que nos indica uma escola na década de 50 que era muito próxima aos alunos, esses ocupavam seus espaços para além da atividade de sala de aula: organizavam encenações teatrais, utilizavam a biblioteca para pesquisas, organizavam festas, como a descrita acima, ou seja, o espaço escolar era utilizado pelos alunos como expressão de sua própria identidade associada à identidade da escola.

As reuniões de pais e o calendário de festividades serviam para aproximar a comunidade da escola, ao mesmo tempo em que se exigia toda uma ritualização para a realização dos exames, nos quais os alunos davam provas de seu conhecimento. Ou seja, o tipo de tratamento dado ao processo de ensino não distanciava alunos e professores e nem a comunidade da escola. No entanto, é importante frisar que havia uma grande distinção nos quadros da escola: os alunos eram tratados com respeito e cordialidade, mas mantinham-se na condição de alunos, professores possuíam uma linha de conduta em que não deveriam se confundir com funcionários e assim por diante. Por exemplo, em uma ata de 5 de março de 1956<sup>18</sup>, aparece a seguinte situação:

[...] Pede ao Sr. Presidente, a palavra o professor Messias que tece comentários sobre certos funcionários que deixaram os professores em situação embaraçosa, delicada, ao pedirem notas. Responde o Sr. Diretor e presidente que os professores não devem permitir tal aproximação.

<sup>16</sup> Conforme o artigo 66, do Decreto Estadual nº 39.334, de 10 de novembro de 1961, a congregação de professores nos estabelecimentos de ensino secundário e normal do Estado de São Paulo da época era órgão consultivo sobre assuntos pedagógicos ou didáticos da escola e deliberativo naqueles que a lei indicar. era constituído por cinco membros da escola: diretor, professores efetivos e estáveis, vice-diretor ou assistente de diretor.

<sup>17</sup> Depoimento de ex-aluno e ex-professor de biologia gravado para “CENEART 50 anos”

<sup>18</sup> Livro de Atas de Reuniões de Professores Secundários – Arquivo Morto da Escola.

Os alunos iam adquirindo uma postura crítica atuando na localidade em torno da escola. Em 1958, engrossam o movimento para a emancipação da cidade, como vimos no capítulo II, e solicitam a construção de um prédio próprio para o colégio, ou seja, durante a campanha de emancipação da cidade, grupos de alunos ligados ao Grêmio tornaram-se militantes no movimento. Conforme encontramos no trabalho de Martim (2006), no depoimento anexo da professora de história do ginásio, esses alunos realizavam passeatas:

*Ah, havia um grupo de alunos militantes fazendo passeata, por exemplo: comício do “não” no Largo, na praça de Osasco, um grupo de alunos resolve bagunçar e eu falei: bagunçar não pode, o que vocês podem é fazer uma passeata... “Ah, mas nós queremos cortar a praça inteirinha de ponta a ponta.” Eu falei: então vão fazer a passeata e quando chegar ali a turma toda atravessa cantando o hino nacional e vai embora. Não pode bagunçar, não pode sair da linha, não pode sair... (Martim, 2006:155).*

Aparece pela primeira vez, em 1955 em ata de reunião de professores, a notícia sobre a construção de um prédio novo, bem como de um laboratório. Sabemos que esse último não foi erguido, no entanto, a solicitação para um prédio próprio para o ensino secundário aproximou-se dos planos governamentais de expansão da rede física das escolas, observadas no Plano Setorial para o Ensino Secundário de 1959 a 1963, que tinha por objetivo:

“3. – Construir e equipar 1.100 salas de aulas de ensino secundário e normal, com capacidade total de atendimento de 110.000, a fim de propiciar condições adequadas aos estabelecimentos existentes.

[...]

Instalar, convenientemente, todas as unidades de ensino secundário e normal em funcionamento. Para isso prevê o Plano a construção de 166 prédios para Ginásios, Colégios e Escolas Normais, em um montante de 2.429 milhões de cruzeiros, a preços de 1959”.

Fonte: Plano de Ação (1959-1963).

Neste documento oficial, o “Plano de Ação (1959-1963)”, apresentado na Assembleia Legislativa no início do mandato de Carvalho Pinto, podemos perceber que esse governo estadual tentou basear sua administração em “Planos de Ação”, ou seja, planejamentos técnicos formulados a partir da realidade financeira, administrativa e social do estado, por meio de um processo denominado “planejamento-orçamento”. Este visava selecionar objetivos e disciplinar o modo de atingi-los, ou seja, era um instrumento que fornecia ao governo elementos necessários para a fixação e execução de um programa de trabalho (planejamento) e de um orçamento destinado a financiá-lo. Fazia parte do Plano de Ação o

plano setorial para o ensino secundário, que previa a instalação de unidades de ensino secundário e normal bem como a construção de prédios escolares.

Vemos, portanto pela análise do documento, que o poder executivo estadual voltava-se para uma administração que se propunha estar baseada em planejamentos. Desta forma, dentro dos propósitos administrativos do governo do estado e a partir das solicitações para a construção de um prédio próprio para o ensino secundário em Osasco<sup>19</sup>, um terreno na região central do distrito é desapropriado em 1960 para a construção do prédio do Colégio Estadual:

**Decreto nº 37.008 de 21 de julho de 1960.**

Plano de ação – Dispõe sobre a desapropriação de imóveis situados no distrito de Osasco, Município e comarca da capital, necessários à construção do Ginásio Estadual.

Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto, Governador do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e nos termos do artigo 43, alínea “a” da Constituição do Estado, combinado com os artigos 2º e 6º do Decreto –Lei Federal nº 3.365 de 21 de junho de 1941.

Decreta:

Artigo 1º - Ficam declarados de utilidade pública, a fim de serem desapropriados pela Fazenda do Estado, por via amigável ou judicial, os lotes de terreno abaixo discriminados, com a área total de 8.898,00 m2 (oito mil, oitocentos e noventa e oito metros quadrados), situados no distrito de Osasco, Município e comarca da Capital necessários à construção do Ginásio Estadual, a saber: [...] <sup>20</sup>

(Fonte: C.E.E./SP. Leis e Decreto do Estado de São Paulo).

O terreno desapropriado ficava em uma travessa da avenida João Brícola, assinalada em verde no mapa de Osasco de 1942, um local próximo à estação de trens local, e do mercado municipal, próxima às primeiras casas de povoamento de Osasco e que passava por transformações urbanísticas ocasionadas pelo crescimento industrial. O novo prédio para o funcionamento do Colégio Estadual foi inaugurado em 1963, contando com a presença do governador Carvalho Pinto e de deputados estaduais. Sua estrutura era muito maior (pelo menos o dobro) da estrutura do antigo Grupo Escolar.

Voltando-se para a construção do prédio para o Ensino Secundário, Miranda (1987) diz que a construção do prédio para o Ensino Secundário foi uma artimanha utilizada por Carvalho Pinto para satisfazer os emancipadores:

[...] provavelmente buscando penetrar naquilo que era um reduto histórico do populismo, adotou a solução de construir um monumental prédio central

<sup>19</sup> Podemos observar pela tabela sobre o número de matrículas da escola até 1968, colocada acima, que a escola tinha uma demanda crescente de alunos e apenas o ensino noturno dessa modalidade de ensino, não daria conta desta. Vemos que, mais tarde, mesmo com a inauguração do novo prédio em 1963, o governo lançou mão das extensões para dar conta da solicitação de matrículas no município de Osasco.

<sup>20</sup> O texto completo desse Decreto foi colocado anexado ao final deste trabalho.

(para os padrões da época), capaz de conter mais de dez vezes a população do antigo G.E.A.R.T., transformado em C.E.A.R.T. (pela inclusão do curso clássico e científico) e mais tarde em C.E.N.E.A.R.T. (com o advento da escola normal).

[...]

Além das vagas para o início do curso, o novo colégio assegura a possibilidade de retorno ao estudo daqueles que o haviam abandonado em séries intermediárias. Essa perspectiva, inclusive, revaloriza o estudo no meio operário, sob o reforço de um corpo docente excepcionalmente dedicado e competente. (Miranda, 1987: 79).

Foto 12: Construção do CENEART - 1963



Fonte: Arquivo da Escola

Apesar do adjetivo utilizado por Miranda (1987) para descrever o novo prédio - “monumental” - e da confusão dos nomes da escola, na verdade, temos uma construção simples: dois pavimentos com andar térreo e superior, separados por um pátio interno, somando 28 salas. Estas sim, vinte e oito salas apenas para o ensino secundário no período diurno e noturno, no lugar das dez salas, ocupadas, apenas no período noturno, no antigo grupo escolar. O número de vagas e de alunos aumentou consideravelmente.

Basta observar novamente a tabela de matrículas para verificarmos como a oportunidade de estudo é ampliada, como é dito por Miranda (1987) na citação acima, todavia poucos anos mais tarde torna-se insuficiente, já que foram instaladas as extensões para abrandar a demanda por ensino secundário na região. Observando as notícias do jornal “A região”, no período de 1965 a 1969, podemos perceber que o município de Osasco implantado em 1962, passou a buscar convênios com o governo estadual e a influência de deputados para

a construção e instalação de ginásios no município, pois muitos alunos que passavam nos exames de admissão não conseguiam matrícula nos ginásios existentes, transformando a luta por vagas, uma das bandeiras das manifestações estudantis do município.

Podemos observar nas fotos a seguir uma visão parcial da estrutura da escola que, em 2010, mantinha ainda muitas características originais:



Foto 13 - Fachada do prédio principal –2010 (Acervo pessoal)



Foto 14 – Pátio interno com vista para o prédio anexo (segundo pavimento) – 2010 – (Acervo Pessoal)



Foto 15 – Entrada do prédio anexo – 2010 (Acervo Pessoal)



Foto 16 – Prédio principal, vista das janelas de aula a partir do estacionamento. – 2010 - (Acervo Pessoal)

No entanto, há uma modificação importante: da escola sem muros da década de 1960, temos quarenta anos depois, uma escola cercada com muros que separam a rua do espaço interno da escola. Rodeada de árvores, guarda em seu interior a balbúrdia comum de seus estudantes no cotidiano escolar. No espaço onde antes existia a quadra de esportes, foi construído o ginásio de esportes coberto, motivo de orgulho de alunos e professores que, em 1968, lutaram para conseguir fundos para sua construção. O Ginásio de Esportes inaugurado em 1971, foi totalmente construído com os recursos da Associação de Pais e Mestres da Escola levantados pela comunidade escolar: seu orçamento foi de noventa mil cruzeiros

novos.<sup>21</sup> O lugar antes usado como estacionamento, como vemos na foto de 1963, guarda hoje mesas e bancos de alvenaria e transformou-se em lugar de estudo alternativo à sala de aula, ou seja, um espaço rodeado de árvores e silencioso que muitos professores utilizam, durante o dia, dependendo da atividade que estão realizando, para fugir do calor insuportável das salas de aula. Do novo estacionamento, construído na década de 70, vemos a infinidade de janelas voltadas para o leste, que trazem luz para o interior das salas de aula. Luz que ilumina e iluminou das gerações que contam a história dessa escola.

É preciso notar que o curso científico, ou seja, o segundo ciclo do ensino secundário, já existia no antigo prédio desde 1953. Em 1963, será implantado o curso clássico, que não existia no antigo local. Além disso, os estudantes, sobretudo aqueles que eram trabalhadores, após a emancipação passam a participar mais ativamente dos acontecimentos políticos da cidade como podemos perceber na citação de Miranda (1987): no recém inaugurado prédio, estudava no curso colegial

[...] a maioria das lideranças tradicionais do movimento estudantil: Gabriel, Hélio Barrovski (o diretor da fanfarra), José Antiório; e o Dudu, Jair Sanches, João de Deus, Marília. Eles, mais o Clayton, péssimo estudante, eternamente reprovado na 2<sup>a</sup>. série, são todos trabalhadores, mas iniciaram sua participação pelo movimento estudantil; são estudantes regulares. Através de discursos inflamados, organização e mobilização, levaram a categoria a participar das questões políticas locais. “Houve um problema sério na Câmara, problema de verba para a educação, e todos foram pra lá à noite”

[...]

Os estudantes aparecem como guardiães da moralidade pública, apontando para o caminho do reformismo antes de tudo pelo seu conteúdo ético. Muitos dos participantes desse período, salvo as lideranças, guardam na memória muito mais as questões morais, o “idealismo dos estudantes” contra as falcatruas pessoais, não se apercebendo dos aspectos políticos mais abrangentes. (MIRANDA, 1987: 80)

Com a inauguração do novo prédio, no entanto, aparecem os problemas relativos ao aumento do número de matrículas. Os professores participam ativamente na resolução das dificuldades, são organizadas comissões para formularem propostas para questões como limpeza do prédio, organização das salas. Foi escolhido por unanimidade entre os professores o nome da nova biblioteca: “Professor Messias Freire”- professor de inglês da escola que havia falecido. Toma posse um novo diretor que fora Inspetor de Ensino Secundário em

---

<sup>21</sup> Por volta de 1998, instalou-se uma celeuma entre a escola e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), pois apesar da situação precária do ginásio de esportes, ele não poderia ser reformado com os recursos do Estado, já que não fora construído pelo governo estadual. Depois de um longo processo de negociações, a FDE incorporou o ginásio na reforma que a escola receberia.

Araçatuba e Itapetininga, além de diretor em diversos colégios, o que demonstrava uma certa experiência em processos administrativos escolares.

Também, foi por volta dessa época a composição do hino da escola;

*Conta-se que havia o professor de latim e a esposa era professora de música, ela era efetiva. Então, ela explicou que precisava compor um hino para o colégio, ela era de Piracicaba. Nesta cidade havia um poeta compositor destacado e ela pediu para ele compor o hino do colégio. Enviou toda a matéria do colégio e ele escreveu o hino. Existia um original da música que ele escreveu a mão, inclusive a pauta colocada num quadro, ficou exposto na diretoria por muito tempo. (Relato D - Apêndice A )<sup>22</sup>.*

O hino do Colégio e Escola Normal “Antonio Raposo Tavares” teve letra de Maria Cecília Ayres Zagatto e a música de Benedito Dutra, composta em Fá maior com movimento Allegro Marcial, transcrita a seguir:

A cruzada de audaz bandeirante,  
Sertanista altaneiro e viril,  
Fez São Paulo glorioso e pujante,  
Construir este imenso Brasil!

O amor e civismo invulgares  
Dos paulistas de estirpe e de fé,  
No colégio Raposo Tavares,  
Viverão sempre firmes de pé!

Continuando a missão bandeirante  
De sofrer, conquistar e vencer  
Esta escola em jornada brilhante  
Há de a Pátria louvores render.

Como arauto do livro e da ciência  
Bem unidos num só coração  
Honraremos a Pátria em consciência  
Inundando de luz a nação!  
(Arquivo pessoal)

O hino, bem como a bandeira do colégio elaborada pelos professores dessa época, ajudam na construção da identidade da escola e na identificação dos alunos com esses símbolos, assim como o uso do uniforme, que passa a ser um motivo de orgulho dos alunos. Percebe-se pela letra do hino a invocação dos estudantes para, por meio do estudo, honrar a Pátria sem temer a luta: “*Sofrer, conquistar e vencer*”.

Conforme os estudos de Souza (2006), depreende-se como a escola, sobretudo a primária, no início do século XX, fundou uma série de celebrações e rituais que se transformaram em símbolos tanto da ideologia política da época, como criou tradições

---

<sup>22</sup> Relato do ex-diretor da escola na década de 60.

escolares que foram construtoras da identidade da escola como uma instituição que era valorizada pela comunidade. Nesse período, a escola reforçava nos alunos os símbolos da pátria e da República a partir do culto à bandeira nacional, por exemplo. Assim, pode-se tomar tanto o hino, como a bandeira como um símbolo social de identificação e ao mesmo tempo de diferenciação, pois representava a unidade de um grupo social e servia para reforçar os laços de solidariedade (SOUZA, 1996: 252). Indutivamente, podemos associar essa concepção ao hino e à confecção da bandeira da escola em estudo, pois transformaram-se em um símbolo social e cultural de identificação e diferenciação dos alunos do CENEART em oposição aos alunos de outras escolas, representavam portanto, um grupo social e reforçava os laços de pertencimento a ele.

Este hino era bem conhecido dos alunos até a década de 1970, entoadado nas comemorações e nas vitórias dos jogos nos campeonatos, mas com o passar do tempo, com a nova organização imposta com a Lei 5692/71, foi esquecido, pois enquanto nas décadas anteriores, a partir da legislação normatizadora, as escolas transformavam-se em unidades e criavam suas próprias identidades, depois, o crescimento da rede estadual de ensino e o tipo de organização imposta baseada na elaboração de planos e metas, implantada de forma burocrática, intensificou a universalização de um tipo de padrão escolar em que as escolas foram massificadas em suas relações internas. Ou seja, a escola na primeira metade do século XX, por meio de eventos comemorativos cívicos e populares, era vista pela sociedade e produzia bens culturais que eram apreciados pela população; esta, por sua vez, orgulhava-se daquela instituição e de seus alunos, alimentando o desejo de poder participar daquele momento escolar, no qual a escola e seus professores eram valorizados. Conforme Souza (2006):

As festas escolares [...] foram rituais institucionalizados nas escolas públicas no início do século XX. A essas tradições inventadas foram incorporadas outras ao longo do tempo... [...] As festas cívicas e nacionais alimentaram o imaginário político, o nacionalismo e a memória nacional. [...] As festas escolares, como toda festa, eram momentos especiais, rituais de conagração e compartilhamento de sentimentos e valores comuns. Integração, identidade, memória. Para além dessas finalidades, nos momentos de festa a escola se abria, sem reservas, à sociedade, ganhando a rua, invadindo a praça, revelando-se à cidade. Da mesma maneira, abria suas portas para receber as famílias como convidadas de honra. O cerimonial revestido de pompa e solenidade contava com a presença das autoridades públicas: o prefeito, os vereadores, o juiz de direito, o padre ou o bispo, a imprensa local. (Souza, 2006:272)

Para Souza (1996), nos primórdios do século XX, a escola foi idealizada “... não só como o lugar onde se ensinava os valores cívicos mas como instituição guardiã desses valores

cuja ação moral e pedagógica se estendia para toda a sociedade.” (SOUZA, 1996: 253). Na década de 1960, as festas escolares ainda serviam como instrumento para o apregoamento de valores cívicos e morais conforme a ideologia difundida no momento. Desta forma, confirma-se a sétima suposição desse trabalho, na qual podemos perceber que, pela continuidade da realização de comemorações nas escolas, parte do discurso pedagógico da primeira República poderia ser percebido circulando com força ainda na década de 60.

A partir da década de 1970, a escola em estudo sofre um evidente processo de massificação, são estabelecidos padrões niveladores: a escola torna-se, apenas, uma escola de 2º Grau, o número de alunos novos no primeiro ano é muito alto e a clientela escolar é renovada rapidamente, a participação dos estudantes é reduzida, os campeonatos e concursos culturais perdem importância, a população não via a escola e esta ficou a deriva.

Apenas os professores que pertenciam ao quadro da escola desde a década de 1970 sabiam da existência do hino, e, na comemoração de aniversário de 50 anos da escola, houve a tentativa de recuperá-lo. Os alunos do curso médio, na modalidade Normal, nesta ocasião organizaram um coral para entoá-lo no pátio e, apesar de arrancarem lágrimas dos professores, funcionários e moradores mais antigos, não conseguiram grande impacto nos outros alunos que frequentavam a escola, permanecendo à sombra do esquecimento. Apesar disso, os professores da modalidade Normal passaram a insistir que os alunos, ao final da apresentação do projeto de ensino desenvolvido no curso, como será descrito mais a frente, entoassem o hino da escola em conjunto com o Hino Nacional e o Hino do Município de Osasco, como maneira de formação da própria identidade: uma brasileira(o) que morava em uma cidade e em um país com certas características e estudava em uma determinada escola. Além de corresponder a uma preocupação dos professores com a memória do passado prestigioso, essas atividades eram respaldadas institucionalmente pelas orientações encontradas nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Geografia para o primeiro ciclo do Ensino Fundamental.

Pela descrição das atividades realizadas pela escola, nas décadas de 1950 e 1960, captadas na leitura das atas de reuniões, das notícias de jornais e nos depoimentos, podemos imaginar o que seriam quadros vivos representativos da sua cultura escolar. A imposição da comemoração de datas cívicas pela legislação em conjunto com a participação em eventos culturais, esportivos e políticos traziam reconhecimento da escola junto à população. A seriedade em que era tomado o processo de ensino e a conduta dos professores somava pontos e faziam com que a escola fosse bem vista pela comunidade. Será essa percepção que perdurará ao longo dos anos até os dias atuais. Desta forma, volta-se para a quinta questão:

serão os valores emanados pela escola nesses vinte e até trinta anos iniciais que provocarão a grande procura por seus cursos até os dias de hoje, a despeito das reais condições atuais, desfavoráveis.

Podemos perceber também que a escola passa por um movimento de afirmação e ascensão em termos de prestígio no seu entorno, ritmado nas décadas de 1950 e 1960 pelos eventos patrocinados pela escola e por seus sujeitos que ganham a cidade enquanto alunos ou egressos, e, um movimento de declínio, iniciado na década de 70, na qual a escola ganha uma dinâmica de receber alunos em grande quantidade e por pouco tempo, pois a escola ficou responsável apenas pelo 2º Grau; aliado a isso, temos uma organização pedagógico-administrativa que se distanciava dos alunos e professores à medida que os aspectos técnicos a burocracia ganhavam terreno. Por outro lado, também, temos a entrada de pessoas como professores, garantida pela legislação, que eram apenas bacharéis e não tinham conhecimento dos processos de ensino, como é citado no relato do ex-diretor do período:

*[...] houve um período de decadência, mas foi uma questão de excesso de alunos e falta de professores, como não havia professores formados, o MEC autorizou a contratação de engenheiros, pessoas para atuar no segundo grau com formação universitária. Então apareceram engenheiros, advogados e era difícil conciliar a parte pedagógica com o conhecimento deles. Eles sabiam muito, conheciam muito mas na hora de transmitir havia falhas. Cresceu o número de alunos das mais diversas origens alguns de escolas melhores, outros de escolas mais fracas. Naquele tempo, havia o exame de admissão depois passou a existir sempre algum tipo de seleção porque a procura era muito grande, não havia como atender a todos. (Relato D – Apêndice A)<sup>23</sup>*

### 4.3 A presença dos normalistas

Com a posse do novo diretor em 1963, as reuniões pedagógicas voltam-se para o estudo do regimento interno da escola, principalmente naquilo que dizia respeito aos deveres dos professores. Na verdade, comumente, quando há renovação do quadro administrativo aparece a necessidade de uma reorganização, pois o novo diretor precisava impor sua personalidade e sua forma de administrar. No caso do CENEART, aparentemente o caminho utilizado foi o apego àquilo que era determinado pela legislação, denotando seriedade e cumprimento das funções e dos deveres.

Em 1964, o início do ano letivo foi adiado para 9 de março, por falta de funcionários. A escola teve as classes organizadas da seguinte maneira:

---

<sup>23</sup> Relato do ex-diretor da década de 60.

Tabela 6 – Número de classes do curso ginásial em 1964.

Curso Ginásial				
	Manhã	Tarde	Noite	total
1 <sup>a</sup> . série	8	13	3	24
2 <sup>a</sup> . série	4	2	3	9
3 <sup>a</sup> . série	3	1	3	7
4 <sup>a</sup> . série	1	1	3	5
total	16	17	12	45

Fonte: Ata de reunião de professores – 1964

Tabela 7 – Número de classes do curso colegial em 1964

Curso colegial						
séries	Manhã		Tarde		Noite	
	científico	clássico	científico	clássico	científico	clássico
1 <sup>o</sup> . ano	-	-	1	-	3	2
2 <sup>o</sup> . ano	-	-	-	-	2	1
3 <sup>o</sup> . ano	-	-	-	-	1	-
total	-	-	1	-	6	3

Fonte: Ata de Reunião de Professores – 1964 – Arquivo Morto da Escola

Podemos perceber pela distribuição descrita nas tabelas acima que a demanda para o curso ginásial era bem maior do que para o curso colegial e que havia uma grande diferença entre a quantidade de classes para a primeira série do curso ginásial (vinte e quatro salas no total) e para a segunda série (9 salas no total), indicando um alto índice de retenção e evasão. Nas atas de reuniões de professores de até então, não aparecia registrado nenhuma preocupação neste sentido.

Com o curso colegial somam-se 55 classes no total. Se imaginarmos cerca de 40 alunos por sala teremos aproximadamente dois mil alunos freqüentando a escola. Certamente, a partir desse momento, conhecer todos os alunos pelos nomes ficava muito mais difícil. Ou seja, vimos no depoimento da professora de história mais acima, como os professores conseguiam se relacionar com os alunos na década de 1950, a ponto de conhecer suas angústias; com o aumento do número de alunos na escola as relações entre professores e alunos ficam mais distantes.

Assim, o corpo docente paulatinamente passará a se afastar do corpo discente pela própria organização imposta pelo Estado: uma instituição construída com mais de vinte salas de aula comportando cerca de quarenta alunos por turma, funcionando em três turnos, com falta de materiais e de funcionários. Conseqüentemente, o grande fluxo de alunos impedirá que o equipamento escolar seja utilizado fora do período de aula, como era na década de

1950, e aquela integração dos alunos com o espaço escolar, utilizando-o para confraternizações (“bailinhos do Grêmio”), encenações de teatro, sessões de cinema, ou mesmo, estudo na biblioteca, fazendo com que as relações interpessoais sejam paulatinamente enfraquecidas.

Em 1965, há a instalação do curso de formação de professores primários na Escola Normal, criada pela Lei nº 8416, de 19 de novembro de 1964, autorizado a funcionar em 13 de março de 1965, transformando o CEART em Colégio e Escola Normal Estadual Antonio Raposo Tavares (CENEART). O curso iniciou na Escola Normal com três salas de primeiro ano e uma sala de segundo ano, esta última, provavelmente criada para atender aos pedidos de transferências, indicando que na região havia demanda para o curso implantado. Nas atas de reunião de professores encontradas na escola não há menção da criação da escola normal, mas o nome da escola é alterado e aparecem referências a instruções sobre o curso primário anexo. No “Jornormal”, jornal publicado no colégio pelo curso Normal, encontramos uma notícia em 7 de maio de 1966:

Foto 17 – Notícia no “Jornormal”, maio/1966.



Fonte: Arquivos da escola.

Nesse, que foi o primeiro número publicado do jornal, relata-se como foi a solenidade, utilizando um discurso extremamente adjetivado que também foi observado em outro jornal investigado “A Região”, e concluindo-se que este tipo de linguagem era comum no período:

Faz, precisamente, um ano que, sob aplausos calorosos dos alunos e do povo em geral, se instalava, solenemente, a tão desejada e esperada Escola Normal, com a presença do Diretor do Colégio, Professor W. S. Dominas, do digno Deputado Walter Auada, representando S. Exa. o Governador do Estado, Dr. Adhemar de Barros, do então Prefeito do Município, Dr. Hirant Sanazar e de altas autoridades do Ensino do Estado e do Município, entre

eles, Professores Erasmo de Freitas Nuzzi, membro do Conselho Estadual da Educação, Oguiomar Ruggeri, Delegado do Ensino da Região e do Corpo docente da Escola, professores Alcyr Oliveira Ponciúncula, Angelina Cabral de Tevês, Maria José Grotta Ragazzo, Marina Campos, Aníbal Garcia Siqueira, Dr. João Flávio Farias da Cunha e Dr. Milton de Carvalho Mello, orador oficial da auspiciosa efeméride e com a presença das simpática primeiras Normalistas, futuras professoras primárias desta progressista cidade do saudoso Antonio Agu. Que esta novel Escola se agigante cada vez mais e cumpra plenamente sua missão!!! (JORNORMAL, 7/05/1966)<sup>24</sup>

No período eram enaltecidos personagens da história de Osasco, que teriam colaborado com suas ações para a formação do município recentemente emancipado. A escola em estudo frequentemente recuperava essas ações, como foi descrito anteriormente a propósito do aniversário de 1968, no qual entre outras coisas aparece o nome de Antonio Agu, comumente enaltecido, como no caso da reportagem acima: “*progressista cidade do saudoso Antonio Agu*”. A cidade recém-emancipada precisava construir sua identidade, e a busca de grandes nomes e de grandes realizações caracterizou essa construção. A escola em estudo por sua vez difundia essa prática, ampliando e confundindo-se com o próprio nascimento do município.

Esta é a única fonte localizada que nos diz algo sobre a instalação da Escola Normal no colégio. Podemos perceber um discurso bastante inflamado e nos chamam atenção as palavras: “...a tão desejada e esperada Escola Normal...”. O diretor da escola nesse período não se lembra de nenhuma manifestação em prol da instalação deste curso, para ele foi resultado da política educacional do período que criou muitas escolas nos mais diferentes lugares. Em pesquisa no *site* da Assembléia Legislativa paulista, encontramos menção ao projeto de lei que criou a escola normal, elaborado pelo deputado Ângelo Zanini, em 1962. Este projeto foi restaurado em 25 de março de 1963, e aprovado, em segunda discussão, em 10 de outubro de 1964. A criação da Escola Normal foi realizada pela Lei nº. 8416, publicada no Diário Oficial de 20 de novembro de 1964. Como não foi encontrada menção a qualquer manifestação pública da comunidade para a instalação do curso de formação de professores, conclui-se que a expressão “*tão esperada Escola Normal*”, deve-se ao longo processo de dois anos desde a apresentação do projeto até a aprovação de sua lei de criação, mais do que a um movimento reivindicatório da população.

No exame das atas das reuniões de 1966 do CENEART, encontramos a fundação da Associação de Pais e Mestres (APM) e a criação do Conselho de Classe, fatos orientados pela legislação em vigor no período, mas nada que se referisse à própria Escola Normal.

---

<sup>24</sup> Jornal elaborado pelos alunos do Curso Normal, encontrado nos arquivos da escola.

Foi na ata de setembro de 1965 que aparece pela primeira vez a organização dos exames para admissão (vestibular) aos cursos colegial e normal, de acordo com as alterações do Regimento Interno estabelecido pelo Decreto nº 45.159<sup>A</sup>, de agosto de 1965. Pelo primeiro artigo deste regimento a escola, além das atividades técnicas e pedagógicas destinadas a transmitir a matéria dos programas, deveria ser instrumento de preservação e expansão do patrimônio cultural, meio de fortalecimento da unidade nacional, fonte de patriotismo e das virtudes morais e cívicas. Desta forma, a escola deveria recorrer aos métodos e processos da técnica pedagógica moderna, patrocinando cursos e conferências, exibindo filmes educativos, científicos e históricos, incentivando certames e exposições de arte e ciência, audições de música folclórica e clássica, organização de museus e bibliotecas circulares. No caso da escola em pauta, podemos perceber pelo que já descrevemos, que muitos desses elementos a escola já realizava e a permanência dessas orientações confirma a nossa sétima consideração, ou seja, muitos dos valores manifestados desde a Primeira República pela cultura escolar, como o fortalecimento da unidade nacional, continuavam em vigor na instituição, ainda que atualizado nas acepções próprias do período.

Haverá também com esse decreto de 1965, mudanças na forma de avaliação dos alunos. A organização das questões para os exames seria da competência do professor que as formularia a partir da matéria lecionada e registrada em diário de classe, não mais existiria o sorteio de ponto. As notas seriam graduadas de 0 a 10 e de meio em meio ponto. O aluno não poderia ser submetido a mais de uma prova ou exame por dia (com exceção da 2<sup>a</sup> chamada). O pagamento do professor seria retido na escola, caso ele não cumprisse o prazo para julgamento das provas. Haveria notas nos meses de abril, junho, setembro e novembro resultantes, em cada bimestre de quatro fatores:

- a) prova escrita dentro da matéria lecionada. Será organizado pelo diretor o horário, na segunda quinzena de abril, junho, setembro e novembro;
- b) nota atribuída a trabalhos realizados pelo aluno fora do horário da escola, por determinação do professor;
- c) avaliação da aptidão e disposição do aluno, seu zelo e interesse pelas atividades da disciplina;
- d) chamadas orais.

A nota de cada bimestre será a média das notas indicadas nas letras a, b, d, acrescida de até dois pontos relativos aos requisitos da letra c.<sup>25</sup>

Se após todos os processos avaliativos o aluno alcançasse a média final igual ou superior a quatro inteiros e cinco décimos, mas inferior a cinco inteiros e até duas matérias,

---

<sup>25</sup> Fonte: Ata de Reunião de Professores, de 28/09/1965 – Arquivo Morto da Escola

seria submetido ao julgamento do conselho de classe, que decidiria sobre sua aprovação por maioria de votos. Podemos perceber pelas colocações descritas que o processo de avaliação começou a perder a rigidez anterior.

Neste ano, a partir das orientações desse mesmo decreto, também é formado o Conselho de Professores (no lugar da Congregação) formado por professores efetivos dos cursos de grau médio, o diretor, o assistente de diretor, o orientador educacional, dois representantes dos professores não efetivos e o diretor do curso primário anexo, devendo se reunir três vezes por ano, em março, junho e dezembro funcionando como órgão consultivo e deliberativo.

Em 1966, esmiuçou-se as atribuições do Conselho de Classe, sendo que a falta do professor nesse conselho ou em reuniões pedagógicas seriam consideradas como descumprimento do dever funcional. Ficou determinado que haveria um rodízio nos dias de hasteamento da bandeira, para que não houvesse prejuízo em apenas um dia da semana, interrompendo sempre a mesma aula. Os períodos de aula ficaram assim determinados: período da manhã com início às oito horas, o da tarde às treze horas e o da noite as 19 horas. Todas as cadeiras ficaram obrigadas a apresentar um relatório de seus planos, normas e orientações a serem cumpridas durante o ano letivo.

Podemos perceber que a escola passava por grandes transformações no seu interior, promovidas pelas mudanças nas orientações legais: o mecanismo de avaliação é totalmente transformado em relação àquela estrutura rigorosa de provas finais anterior, a forma de representação dos professores sofre alterações profundas, nas quais a Congregação deixa de existir e em seu lugar aparece o Conselho de Professores, também surge o Conselho de Classe que não existia. Aliado a isso temos a implantação da escola normal que em relação a estes aspectos citados tinha a mesma orientação, portanto, a não distinção do curso de formação de professores nas atas escolares, provocando o silêncio nas fontes, pode ser resultado da preocupação em organizar a escola conforme as novas orientações. Também não podemos descartar que, talvez, a escola normal tivesse um livro de atas próprio, como o curso primário anexo, e este tenha se perdido.

Já em relação ao Curso Primário Anexo, umbilicalmente ligado à criação da Escola Normal, instalado em 19 de abril de 1965, encontramos uma ata bastante esclarecedora de seu funcionamento, datada de 15 de fevereiro de 1966. O curso primário anexo funcionava em dois períodos (de segunda a sábado): manhã, das 8h às 12h com um intervalo de 30 minutos (das 10h às 10h30min) e tarde, das 12h30 min. às 16h30min (intervalo das 14 às 14h30min). Em 1967, o horário de intervalo do curso primário seria reduzido para quinze minutos,

medida tomada para evitar a coincidência de horários de intervalos e de saída com o curso secundário. Lembramos que o ensino secundário (ginásio e colégio), o curso de formação de professores e o curso primário funcionavam no mesmo espaço e era necessário uma organização espacial e temporal para o atendimento das especificidades de cada modalidade de ensino.

O curso primário anexo tinha por finalidade ministrar a educação em grau primário e servir de campo de experiência e aplicação de novas técnicas didáticas. Seu programa deveria ser elaborado por seus professores, em conjunto com os professores de Prática, Psicologia e Pedagogia da Escola Normal, a partir das matérias que compunham o currículo: língua escrita e oral, leitura, gramática aplicada, aritmética moderna, história do Brasil, geografia geral e do Brasil, iniciação às ciências naturais, desenho infantil e trabalhos manuais. Religião, educação moral e cívica, canto, recursos audiovisuais, e educação física eram considerados práticas educativas e, portanto, sem atribuição de notas. O sistema avaliativo do primário seguiria o mesmo aplicado no curso secundário, acima descrito: as notas seriam de 0 a 10 e os alunos que conseguissem notas superiores a 7 em todos os bimestres eram dispensados das provas finais.

Em 1966, o curso primário estava assim estruturado:

Tabela 8 – Classes do ensino Primário - 1966

<b>Período da manhã</b>	
1 <sup>a</sup> . e 2 <sup>a</sup> . séries	Prof. Benedita
Terceira série mista	Prof. Olinda
Quarta série mista	Prof. Antonio
Quinta série masculina	Prof. Nadira
<b>Período da tarde</b>	
Primeira série mista	Prof. Maria
Segunda série mista	Prof. Clementina
Quinta série feminina	Prof. Neyde
Quinta série mista	Prof. Sonia

Fonte: Ata de Reuniões de Professores Primários – Arquivo Morto da Escola

O entrosamento com os professores da Escola Normal não deveria ser muito satisfatório, pois as atas registram que, em 1967, foi realizada uma reunião em conjunto com os professores de Metodologia de Ensino, Psicologia Educacional e Educação Física, com o objetivo de aumentar o entrosamento e propiciar uma ação conjunta em um clima mais

ameno. A professora de Metodologia de Ensino solicitou que as professoras das primeiras séries indicassem quais cartilhas iriam ser adotadas naquele ano. Foram sugeridas “Caminho Suave”, de Branca Alves Lima e “Onde está o Patinho?”, de Cecília Bueno dos Reis Amoroso. Apesar de afirmar que não interferiria na escolha das cartilhas, pois isso cabia ao professor que ia trabalhar com a classe, indiretamente indicou que a cartilha “Onde está o patinho?” era a melhor escolha, pois além de trabalhar com a alfabetização pelo método global, suscitaria na criança maior motivação por tratar-se de um conto infantil.

Em seguida comunicou que as alunas normalistas seriam solicitadas a comprar esta cartilha para que aprendessem a alfabetizar e ficou determinado que os alunos do terceiro ano normal fariam os estágios às quartas-feiras das 12h30min às 14h, às sextas-feiras das 15h às 16h15min e aos sábados durante todo o período. O número aproximado de alunos que iriam estagiar nas primeiras séries de alfabetização seria de quatorze. A professora de Metodologia afirmou que fazia o possível para que as normalistas auxiliassem a professora alfabetizadora em tudo que fosse necessário, e solicitou que o professor de Desenho pedagógico orientasse as normalistas na confecção de cartazes e desenhos que servissem para a alfabetização, assim como, na confecção de qualquer material que fosse útil na motivação das aulas. Também foi solicitado ao professor de Canto Orfeônico que ensinasse músicas simples, para que as normalistas pudessem ensinar às crianças.

Considerando que, em 1967, no curso primário havia apenas as classes de primeiro ano relacionadas na tabela acima, a presença de quatorze estagiários para o primeiro ano era extravagante, significava vários normalistas em cada sala, o que deveria interferir bastante no trabalho da professora titular e causar muitos conflitos, apesar da afirmação de que a existência do curso primário devia-se apenas a servir como um campo de estudo para a escola normal. As normalistas trabalhariam como a professora da classe, ou seja, a lição daquele dia ao invés de ser trabalhada pela professora titular seria dada por uma normalista.

Para as outras séries do curso primário, as normalistas seriam responsáveis por ministrar as aulas de estudos sociais e educação física, de acordo com os planos pré-elaborados, no entanto, estes planos deveriam seguir os mais modernos princípios de educação e para isso as estagiárias já estavam confeccionando linhas do tempo, cartazes, mapas e diversos recursos para serem utilizados na motivação das aulas.

Para as aulas de educação física, foi solicitado que as professoras titulares exigissem que os alunos comparecessem às aulas com o uniforme correspondente: calção azul marinho, blusa branca do CENEART, tênis e meias brancas. Também solicitou que as professoras

auxiliassem as normalistas no que concernisse à disciplina e à vigilância dos alunos. A data para o início dos estágios foi fixada para a primeira semana após a Páscoa.

#### **4.4 Reformas e mais reformas**

No interior do ciclo de reformas pelas quais passa, em 1968, o ensino paulista, encontramos uma reorganização do ensino primário, que fica dividido em duas fases. A primeira seria composta de classes de 1º e 2º graus, e a segunda, de classes de 3º e 4º graus, não havendo reprovações entre os graus. As áreas de estudo passam a ser as seguintes: língua pátria, estudos sociais (compreendendo história do Brasil e geografia), matemática moderna, ciências, saúde, educação física, e iniciação artística (compreendendo desenho, canto, trabalhos manuais, música e dramatização).

Os objetivos a serem buscados deveriam ser: ensinar a criança a pensar, criar e compor; criar estímulos para haver composição, através de experiências e ideias da própria criança; educar a sensibilidade através da iniciação artística; deveria haver um ambiente de alegria e liberdade. Segundo a diretora do curso primário, em registro no Livro de Atas, de março desse ano, até aquele momento os objetivos eram fracamente estruturados, as matérias eram exaustivas, havia muitos repetentes no final do ano, os alunos demonstravam cansaço e falta de interesse pelas aulas. Agora, os novos objetivos têm a finalidade de integrar a criança no meio físico e social em que ela vive, portanto, era preciso mais compreensão, mais respeito por parte do professor para com a criança.

O professor reservaria um momento na rotina diária para a “hora da novidade”, neste momento a criança teria a oportunidade de aprender de modo agradável e de desenvolver a sua linguagem oral. O professor não deveria trabalhar apenas com a leitura oral, mas com a leitura silenciosa e fazer exercícios sobre a mesma para que a criança pudesse “aprender a entender o conteúdo da lição”. Além disso, competia ao professor estudar a classe, observando as diferenças individuais e as necessidades de cada aluno. Diz ela:

Antigamente o ensino era quantidade, hoje é qualidade. Ensino é o que pode ser dado. É aquilo que os alunos tem capacidade de aprender. A finalidade do curso primário é educar, ensinar muito bem a leitura e a linguagem e preparar a criança para o ensino secundário. Nas aulas de linguagem, por exemplo, os alunos devem aprender a descrever uma excursão, escrever um convite, um bilhete, uma carta, um telegrama, enfim, o objetivo dessa aula deverá ser a preparação para a vida prática. Deve o professor preocupar-se mais com os alunos médios e fracos do que com os fortes. Os alunos fortes, que terminam com facilidade seus exercícios, podem ler livrinhos de

estórias, enquanto o professor se ocupa dos alunos mais fracos e que estão com dificuldade.

A senhora diretora pediu também, a colaboração dos professores na parte administrativa: zelar para que não haja barulho e correria no corredor na hora do recreio, formar fila tanto na hora da entrada como na saída da classe.<sup>26</sup>

Este trecho é bastante interessante, em primeiro lugar podemos perceber como diversos valores são inculcados nas reuniões pedagógicas, não há espaço para o debate sobre as medidas que estão sendo implantadas, o discurso é tecido como algo que é imprescindível, algo que está sendo colocado para a melhoria, para a qualidade da educação. Depois, vemos que o importante era ensinar a leitura e a linguagem, ou seja, vamos ter a partir desse momento a redução paulatina dos conteúdos a serem estudados.

As professoras do ensino primário deveriam entregar seus semanários todas as terças-feiras para que a diretora pudesse visá-los, era proibido qualquer tipo de castigo físico, qualquer falta grave do aluno deveria ser encaminhado para a diretora, marcando um forte controle da atividade do professor. Ficou determinado, também, que os alunos deveriam freqüentar a biblioteca da escola uma vez por semana em companhia da professora, incentivando a criação do hábito de freqüentar a biblioteca que era um equipamento escolar muito valorizado no período.

Desde a implantação do Curso de Formação de Professores Primários em 1965, até a formatura da turma de 1970, a escola trabalhou com a seguinte grade curricular distribuída ao longo de três anos: 1º ano Normal: Português, Matemática, Ciências Biológicas, História, Geografia, Psicologia da Educação, Metodologia de Ensino, Desenho Pedagógico, Educação Física; 2º ano Normal: Português, Metodologia e Prática de Ensino, Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, Biologia Educacional, Desenho, Áudio Visual, Educação Física; 3º ano Normal: Português, Metodologia e Prática de Ensino, Psicologia da Educação, Filosofia da Educação, Desenho, Canto, Artes Aplicadas, Educação Física. As professoras que compareciam às reuniões do curso primário para tratar dos estágios eram responsáveis pelas cadeiras de Metodologia e Prática de Ensino, Artes Aplicadas e Educação Física, indicando que o conteúdo tratado por estas duas últimas disciplinas, apesar do nome genérico: artes aplicadas e educação física, provavelmente era dirigido para o ensino primário, como vimos acima nos relatos sobre a organização dos estágios.

O Decreto n. 50.133, de 2 de agosto de 1968, traz uma nova reforma para a Escola Normal. Os dois primeiros anos do curso são unificados ao ensino secundário, ou seja,

---

<sup>26</sup> Ata de Reunião de Professores Primários, março de 1968 – Arquivo Morto da Escola

podemos dizer que os dois primeiros anos são voltados para o ensino geral, compondo um núcleo básico igual ao de todos os matriculados no ensino de nível colegial; a partir do 3º. ano o aluno escolhe em qual ramo quer intensificar os estudos. O curso Normal passa a funcionar em quatro anos, assim o 3º. ano é organizado por áreas de estudos e a 4ª. série aglutina as disciplinas profissionalizantes.

Essas medidas levaram a ex-aluna da década de 60 a mencionar em seu depoimento a tristeza sentida pelos professores pelo fechamento do curso, pois sua turma foi a última a se formar, em 1970, com a estrutura determinada em 1965, pelo Decreto nº 45159-A. De fato, as matrículas de 1969 foram organizadas em cinco salas que não possuíam distinção entre curso normal ou curso regular.

Essas observações colaboram com minhas suposições de que apesar de os diferentes estudos sobre o curso de formação de professores para as séries iniciais apontarem para uma certa estabilidade na estrutura do curso durante os últimos anos, essas pequenas mudanças poderiam causar na comunidade escolar insegurança e até certa desestruturação do curso dentro dos muros da escola, pois a diminuição de uma aula na carga horária de uma disciplina, ou mesmo a implantação de uma nova disciplina, ainda que o corpo docente não se altere, implica em mudanças qualitativas no interior da escola. Ou seja, pequenas mudanças em nível macro no sistema escolar, podem causar grandes alterações em nível micro e já observamos o quanto instável foi o curso de formação de professores para as séries iniciais da educação básica no capítulo anterior. No caso da escola em estudo, o grupo responsável pelas aulas do curso de formação de professores, apesar das incertezas iniciais, conseguiu manter o curso estável, pelo menos até 1975.

Em 1971, a Secretaria de Educação de São Paulo passa a oferecer orientações para os professores da rede sobre os novos processos para o ensino. Na escola, conforme encontramos nas atas de reunião de professores primários, foram escolhidas duas professoras que participaram das oficinas, em setembro de 1971, e deveriam passar para os outros professores da escola aquilo que haviam aprendido, em reuniões pedagógicas: são os chamados professores multiplicadores. No caso do curso primário, uma professora recebeu orientações sobre linguagem e educação artística e a outra sobre matemática e ciências. Vejamos algumas orientações.

Para a língua pátria, encaminhou-se o ensino da composição em classes de 1º e 2º graus, primeiro ciclo do ensino primário. Foi colocado que para alcançar resultados satisfatórios no ensino de composição era preciso trabalhar, em primeiro lugar, com a redação

do texto seguindo um roteiro crescente de dificuldades, ou seja, o aluno produziria uma composição a partir das orientações do professor:

Enquanto a criança não dominar a composição orientada ela não pode fazer a composição livre. Essa é a fase final e mais aperfeiçoada da composição. É aquela que reflete a capacidade da criança, é pessoal e objetiva. O professor não pode impor o tema. Encontrando defeitos não pode criticar. Também não deve louvar uma composição como a melhor da classe ou dizer que não entendeu o que a criança quis dizer.(...) Na área de educação artística a professora aconselhou como atividade dar dobraduras, com elas fazer desenhos e cantar a música que corresponda aos mesmos. Ensinou, a seguir, as dobraduras de cachorro, casa e flores, fez o desenho e cantou as músicas referentes aos mesmos.<sup>27</sup>

Para o segundo ciclo, a aula versou sobre matemática e ciências. Para matemática o assunto principal gerou em torno de como deveriam ser entendidos os “problemas”:

[...] antigamente, o termo problema era usado para identificar uma questão verbal ou escrita, cuja resposta a criança devia encontrar pelo pensamento, por meio de uma situação que o problema apresentasse e pela realização de cálculos usando os números. Hoje o propósito dos problemas é mostrar a criança como os processos numéricos são usados na vida diária...<sup>28</sup>

Para a área de ciências o assunto foi Eletricidade, com uma aula bastante teórica. Observando essas orientações, podemos perceber de maneira bastante clara a mudança de tom do ensino. Surge a preocupação em orientar o professor para colocar em prática uma rotina de ensino extremamente técnica, os conteúdos devem ser apresentados em uma sequência que parte de situações simples para situações mais complexas. O planejamento de ensino passa a ser muito importante, ou seja, o foco do processo de ensino passa a ser a técnica de como ensinar um conteúdo.

Ainda, durante três dias do mês de dezembro de 1971, os professores realizaram reuniões para a discussão da nova lei de diretrizes e bases da educação (Lei nº 5692/71)

Foi feito o estudo da Lei em grupo, sendo lida e comentada, para se ter uma visão global da mesma. No terceiro dia foram formados três grupos para o estudo de partes da Lei. Cada grupo fez um relatório sobre a parte analisada, ressaltando os aspectos principais...<sup>29</sup>

O grupo I ficou responsável por estudar e relatar os capítulos I e II da lei, o grupo II pelos capítulos II, IV e V e o grupo III ficou com os capítulos VI, VII e VIII. Podemos perceber que, apesar de se tratar de um período da mais intensa repressão militar, foi possível aos professores se reunirem e tomarem ciência da lei que estava sendo implantada, ao longo de três dias de reuniões. Mesmo sem poder tomar uma posição contrária ou alterar a lei, os

<sup>27</sup> Ata de reunião de professores primários de outubro 1971 – Arquivo Morto da Escola

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Ibidem.

professores tiveram a oportunidade de conhecê-la, já que previa-se que sua implantação se daria paulatinamente, à medida que os sistemas de ensino fossem se adaptando. Ou seja, apesar da imposição legal, os professores eram conduzidos a aceitá-la, tal como observamos no discurso da diretora do curso primário na ocasião da implantação dos ciclos em 1968.

Em 1972, temos uma reunião entre os professores do curso de formação de professores e os professores primários, bastante intensa, com tomadas de decisões sobre os estágios e o trabalho das alunas normalistas. Nessa reunião aparece pela primeira vez a menção do curso de formação de professores no período noturno, e a dificuldade enfrentada em manter os conteúdos no mesmo ritmo de trabalho do curso diurno. O objetivo da reunião foi o de planejar, em conjunto, as atividades que seriam desenvolvidas pelos alunos de 1<sup>a</sup>. a 4<sup>a</sup>. séries, por ocasião das aulas práticas das normalistas estagiárias, no decorrer do ano letivo de 1972. Solicitou-se que fosse fixado o sábado como dia dos estágios, pois normalmente este dia da semana era prejudicado com paradas para reuniões de pais, reuniões de professores, sendo que isso facilitaria o trabalho das professoras das classes primárias, pois

...constantemente, são obrigadas a interromper o planejamento feito para cederam o horário para as normalistas. Embora se reconheça que o Curso Primário Anexo existe em função da Escola Normal, lembrou que, mesmo assim, os professores primários têm que atingir a consecução dos objetivos propostos no começo de cada ano letivo. Salientou, também, que visando, em primeiro lugar, o interesse dos alunos, deverá haver mútua colaboração entre os docentes de ambos os cursos e os normalistas estagiários, bem como trabalho conjunto para maior produtividade.<sup>30</sup>

O registro evidencia que, diferentemente do esperado clima de cooperação e integração entre a escola normal e o curso primário, havia atrito entre as duas modalidades que, muitas vezes, comportavam-se como instituições autônomas, com sua vida cotidiana própria, chegando até a ocorrer situações de desacordo entre elas.

Ficou acordado que os estagiários ficariam responsáveis pela regência das classes aos sábados e, para não prejudicar o trabalho educativo, seria seguido o “Calendário Escolar de Comemorações Cívicas” no planejamento de aulas a serem dadas. A professora de Educação Musical do Curso Normal afirmou que estava trabalhando com as normalistas, em cada bimestre, o planejamento de aulas para cada série do ensino primário, e solicitou que as professoras deste curso repassassem com ela os hinos pátrios, antes que fossem ensinados aos alunos, “para que os defeitos fossem retirados previamente”. Essa observação da professora de Educação Musical complementa a percepção de clima não muito harmonioso entre as modalidades de ensino e mesmo de um sentido de hierarquização entre elas.

---

<sup>30</sup> Ata de reunião de professores primários de 16 de maio de 1972. Arquivo morto da escola

As normalistas foram divididas em seis equipes que trabalhariam no primeiro semestre. A diretora do Curso Primário solicitou que cada equipe ficasse sempre com a mesma classe, “para evitar interrupção no ritmo do processo educativo”, e determinou, ainda, que as professoras primárias supervisionassem as aulas quanto à disciplina das crianças e à dosagem e adequação da matéria selecionada, elaborando um relatório a ser entregue para ela, no qual deveriam constar pontos positivos e negativos observados.

As estagiárias deveriam elaborar um plano de atividades baseado no calendário de comemorações cívicas que estava assim determinado: Maio, semana do trânsito, dia da indústria; Junho, campanha contra incêndio, festa junina; Agosto, semana do carteiro, dia dos pais, dia do soldado, festa do folclore; Setembro, proclamação da Independência, semana da Pátria, dia da árvore, entrada da primavera, dia do ventre livre; Outubro, dia dos animais, dia das aves, dia da criança, dia do professor, semana da asa, dia do avião, aniversário do colégio; Novembro, proclamação da República, dia da Bandeira, dia da música.

Ficou estabelecido aos sábados os seguintes horários:

Tabela 9 – Horários de estágio para a Escola Normal – 1972

<b>Atividades de estágio do Curso de Formação de Professores Primários – Sábados -1972</b>			
<b>Séries/primário</b>	<b>8h50min às 9h30min</b>	<b>10h às 10h40min</b>	<b>10h50 às 11h30</b>
1 <sup>a</sup> . e 2 <sup>a</sup> .	Educação física no pátio	Sala de projeção	Sala de aula
3 <sup>a</sup> .	Sala de projeção Projeção de filmes ou slides e música	Sala de aula	Educação física no pátio
4 <sup>a</sup> .	Artes na sala de aula	Educação física no pátio	Sala de projeção

Fonte: Ata de reuniões de professores primários

Ficou decidido também que na festa junina haveria apresentação de uma quadrilha pelos alunos da quarta série e de cantigas de roda e atividades recreativas pelos alunos das outras séries; na festa do folclore haveria apresentação de dançinhas e dramatizações, na semana da criança programou-se uma excursão, realização de gincana e exibição de teatro, na festa de aniversário do colégio haveria a demonstração de ginástica rítmica. A comemoração de todas as festas visava a formação cívica e moral das crianças.

Podemos dizer que as normalistas eram bastante ocupadas nessa época, ficavam responsáveis pela organização das crianças praticamente em todos os eventos patrocinados pela escola, além da confecção de materiais de apoio ao ensino, envolvendo-as exaustivamente. Isso pode explicar porque não é mencionada a presença de normalistas em questões que envolviam o Grêmio, que por sua vez era mais atuante à noite, com alunos que

já trabalhavam no período diurno. Por outro lado, por mais que a realidade em que as futuras professoras atuariam fosse diferente dessa vivida no colégio - que era bastante festivo! - as estagiárias aprendiam a organizar os eventos, a lidar com as crianças a partir de temas (datas comemorativas) que elas eram responsáveis por planejar, organizar e trabalhar. A maioria dos depoimentos colhidos de ex-alunas demonstrou que elas não tiveram grandes dificuldades quando começaram a trabalhar, algumas sentiram que os conteúdos que haviam aprendido não eram suficientes, mas foram capazes de buscar seja com um curso superior ou com colegas de trabalho a superação de suas incertezas.

Em 1973, encontramos, em uma das atas de reunião, que a escola tinha optado por um regime de quatro horas diárias por período, trazendo conseqüências para os professores: além de poderem escolher apenas quatro aulas por período, a sua carga horária diária não poderia ultrapassar oito aulas, devendo existir um intervalo mínimo correspondente a uma aula entre um período e outro. Além disso, o professor poderia lecionar no máximo quarenta e quatro aulas por semana. Uma das implicações dessa opção foi a mudança na carga horária do currículo.

Em 1974, encontramos a última ata do curso primário anexo. Esta ata mantém o mesmo tom das atas anteriores. Ela registra a escolha das festividades para o mês de abril e a festa junina (responsabilidade das normalistas); discutiu-se sobre a obrigatoriedade da entrega do semanário às terças-feiras, independente da solicitação da diretora; acertou-se a entrega dos planos e frequências; e os professores foram avisados que a escola faria a inscrição para a retirada de “material áudio-visual na seção de áudio-visual do prédio de Educação da Universidade de São Paulo”, o que indica que havia um investimento na formação contínua dos professores, o que não foi observado na fase anterior nas décadas de 50 e 60.

A partir de 1974 temos uma nova organização na escola, com a escolha dos professores coordenadores de área (Comunicação e Expressão, Ciências Humanas, Ciências Exatas) e da assistente pedagógica, que também era da área de Educação. Todos se reuniam semanalmente e realizavam uma série de atividades burocráticas, além de servirem de canal de comunicação com os outros professores: toda e qualquer situação (aviso de cursos, levantamento de conteúdos, levantamento de faltas, colocação de armários, problemas com indisciplina) passa pelos coordenadores de área. No entanto, essa comunicação deveria seguir uma ordem hierárquica: os professores comunicam os problemas para a assistente pedagógica, esta é encarregada de informar o diretor e a comissão de coordenadores de área. O que é resolvido pela comissão é comunicado para a assistente, que passa para o diretor e para os professores.

Enquanto existiu o registro das reuniões de coordenadores de área nos livros de atas, percebemos que houve uma sequência de reuniões cuja principal preocupação era a elaboração de um gráfico de faltas de todas as séries, de todos os períodos; depois, gráficos de rendimentos bimestrais. Além disso, esses professores eram convocados para participar de reuniões técnicas na delegacia de ensino. Em 1974 um professor coordenador foi convocado para participar de uma orientação sobre a metodologia de projetos.

Outra grande preocupação do grupo de professores coordenadores de área era observar os planejamentos de todos os professores comparando-os com as provas aplicadas. Desse modo, havia uma pasta de controle com todos os planejamentos. Qualquer prova formulada e aplicada deveria ser entregue para a comissão para comparação de conteúdos (planejamento e avaliação), e o professor que alterasse ou não conseguisse cumprir o planejamento deveria fazer um relatório explicando os motivos.

Em matéria publicada no jornal “Diário de São Paulo” de 22 de fevereiro de 1974<sup>31</sup>, essa comissão de professores coordenadores é colocada como um grande avanço para a melhoria da qualidade da escola. A escola é apresentada como o maior colégio da rede oficial estadual da Delegacia de Ensino de Osasco, com cerca de 3000 alunos, sessenta classes e oitenta professores. A escola possuía desde classes do antigo ensino primário até classes do terceiro ano do 2º Grau, estas divididas em áreas de letras, ciências humanas e exatas e o antigo normal (agora Habilitação Específica para o Magistério). A escola contava com uma oficina de Artes Industriais, sala de Educação para o Lar e uma sala de Técnicas Comerciais, todas instaladas pelo poder público.

Conforme a reportagem, um dos elementos mais atuantes na escola para o seu sucesso era o presidente da APM, que tinha total conhecimento de tudo que se passava durante o ano. Com os fundos da APM foi possível reformar o prédio e manter sete funcionários. Também foi aberta no estabelecimento uma livraria, que além de atender as necessidades dos alunos, oferecia materiais com preços mais acessíveis a alunos de outras escolas.

Além dos coordenadores de área foi escolhido também um professor conselheiro para cada classe, que tinha a função de orientar os alunos disciplinar, didática e socialmente, dando instruções sobre saúde, indicando os alunos com dificuldades econômicas, informando sobre as várias profissões. Além disso, cada professor conselheiro possuía uma pasta com a relação de todos os alunos e as informações que os identificavam, bem como as possíveis ocorrências que os envolviam.

---

<sup>31</sup> Recorte de notícia de jornal sobre a escola, colecionada pelo ex-diretor entrevistado para esta pesquisa.

A escola também aplicava testes para avaliação socioeconômica e de conhecimento de cada aluno, para a formação de classes homogêneas. No ano de 1974, acompanhado pela reportagem em pauta, o foco dos testes era o conhecimento de línguas. Apenas depois destes realizados é que seria feito o planejamento escolar, pois somente conhecendo a turma poderia ser realizado um planejamento “perfeito”<sup>32</sup>.

A escola também implantou salas ambiente para cada área, ou seja, o professor passou a ser responsável pela sua sala, o que patrocinava, além da preservação da sala e dos materiais, o uso de recursos didáticos específicos para cada disciplina, a serem adquiridos com o apoio da APM. A escola contava, também, com a biblioteca, que a esta altura já possuía um acervo com cerca de 5.000 volumes, com um funcionário contratado pela APM, e, com o ginásio de esportes inaugurado em 1971, construído com recursos da APM. Conforme a entrevista do jornal com o presidente dessa associação:

O procedimento de todos os elementos vinculados ao CENEART, conforme se pode notar, é totalmente voltado para o cumprimento da lei da Reforma e, apesar de mudar a ordem cronológica da organização do início do ano letivo, está se transformando num estabelecimento que, num futuro muito próximo poderá ser tomado como modelo para outras escolas em organização.<sup>33</sup>

Em 1975, é ampliada ainda mais a burocracia. Cada aluno deveria ter uma ficha individual com seus dados, mas ficou decidido entre os professores que só seriam preenchidas as fichas dos alunos que apresentassem algum problema (rendimento ou indisciplina). Cada professor também tinha a sua ficha e os coordenadores de área elaboraram um questionário de auto-avaliação a ser preenchido semestralmente pelo professor. Cada classe de aula possuía também dois alunos representantes, os quais deveriam fazer um relatório semanal sobre as dificuldades da sala, e no final do ano letivo os professores conselheiros deveriam fazer um relatório sobre o seu trabalho como conselheiro.

Nenhum desses documentos foi encontrado arquivado na escola. Todas essas decisões sobre procedimentos teriam sido de fato cumpridas? Ou a escola optou por guardar somente aquilo que considerava imprescindível ao seu funcionamento: os prontuários de alunos e professores?

Outro fato que me chamou a atenção foi a elaboração de um plano para atendimento de estagiários de nível superior:

---

<sup>32</sup> Recorte de jornal :“Diário de São Paulo”, 22/2/1974, coleção do ex-diretor da década de 60.

<sup>33</sup> Fonte: DSP, sexta-feira, 22 de fevereiro de 1974.

O relatório final elaborado foi o seguinte:

I – Período conveniente para admissão de alunos estagiários: 1º. semestre de 16 de março a 15 de junho; 2º. semestre de 1 de agosto a 16 de novembro. Justificativa: os meses finais de semestres não são adequados para estágios (provas, aulas de recuperação, encerramento, etc.).

II – Número de estagiários por classe: máximo 2.

III – O estágio poderá ser feito não só com um, mas com vários professores da mesma disciplina, quando não for exigência da faculdade.

IV – Atividades a serem desenvolvidas: a) Orientação de trabalhos extra-classe e de grupos; b) auxílio na avaliação de provas objetivas; c) Outras atividades: a critério do professor (aulas a título de experiência, pesquisa de material didático, projeção de “slides”, auxílio na confecção de mapas, etc.).

V – Antecipadamente, o professor deverá ser notificado da presença do estagiário em sua classe.

VI – Exigir do estagiário uma cópia do relatório a ser entregue na faculdade.<sup>34</sup>

Nesse mesmo ano um dos coordenadores de área foi convocado para participar de um grupo encarregado da redistribuição da rede física do Estado, determinada pela Resolução SE nº 95/1975, que dispunha sobre critérios de reorganização da rede escolar para fins de implantação da reforma de ensino.

O curso de formação de professores da escola, de 1969 a 1974, ficou organizado em duas séries (terceiro e quartos anos) com a seguinte grade curricular: para o terceiro ano as disciplinas obrigatórias e complementares eram português e literatura infantil, psicologia aplicada à educação, biologia aplicada à educação e a saúde pública, história da educação e educação brasileira, teoria e prática da educação, sociologia aplicada à educação, OSPB; e as optativas, artes plásticas e técnicas audiovisuais; prática educativa: educação física e recreação infantil.

Para o quarto ano as disciplinas obrigatórias e complementares eram: português e literatura infantil, OSPB, psicologia aplicada à educação, biologia aplicada à educação e a saúde pública, história da educação e educação brasileira, teoria e prática da educação primária, teoria geral da educação; e as disciplinas optativas, artes plásticas e técnicas audiovisuais, educação musical; prática educativa: educação física e recreação infantil.

Em 1975, é formada uma única turma para o curso de formação de professores, que seguiu as orientações dos pareceres CFE 45/72 e 349/72 e da Deliberação CEE 18/72. Este curso tinha a duração de quatro anos e iniciava com matérias pedagógicas desde o primeiro ano: didática, sociologia e psicologia da educação. Conforme conversas informais com a ex-professora desse período (Apêndice A – Relato C), a formação dessa turma foi um transtorno

<sup>34</sup> Ata de Reuniões de Coordenadores de Área de março de 1975. Arquivo morto da escola.

para a organização da escola, pois era a única a ter essa grade curricular, seus alunos não podiam ser reprovados, pois não poderiam continuar os estudos em outra grade, ficando isolados em relação aos outros alunos. No entanto, oferecia uma organização que promovia o aprofundamento dos conteúdos, garantindo uma formação acurada.

Em 1976 são formadas novas turmas para a HEM, já com a nova a grade curricular disciplinada pela Deliberação CEE 21/76. O curso tem a duração de quatro anos. A primeira série é básica, a segunda e a terceira série são destinadas a trabalhar com conteúdos de 1<sup>a</sup> a 4<sup>as</sup> séries do 1<sup>o</sup> grau e a quarta série ofereceria a possibilidade de três aprofundamentos alternativos: em pré, 1<sup>a</sup> e 2<sup>as</sup> séries e 3<sup>a</sup> e 4<sup>as</sup> séries. O CENEART opta por oferecer o aprofundamento em pré-escola, e muitos professores já formados retornam à escola apenas para cursar o aprofundamento.

Com o afastamento em 1976 do seu diretor efetivo para trabalhar em cargo da Secretaria de Educação, a escola passou a receber uma sequência de diretores substitutos, o que, em conjunto com outros fatores, ocasionou uma diminuição da realização de eventos na escola. Pouco a pouco a escola ficará silenciosa. As reportagens nos jornais desaparecem, as festas cívicas diminuem, as conquistas não são alardeadas para a cidade.

Em 1977, o número de professores coordenadores de área foi ampliado para incluir as áreas de Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Ciências, Química, Educação, Biologia e Educação Física. Colocou-se a necessidade de se formar uma equipe que fosse harmoniosa, cooperativa e não criar um clima de fiscalização e denúncias. Essa observação colocada na ata de reunião dos coordenadores de área, de 29 de setembro de 1977, nos leva a considerar que havia conflitos entre esses professores e os professores das séries, sendo aqueles tomados como fiscalizadores e não como auxiliares do processo de ensino. Em 1978, observando o livro de matrícula, identificamos na escola os seguintes cursos: curso do setor primário (apenas 1 sala), secundário e terciário cursados até o segundo ano. A partir do terceiro ano existia: formação de professores para 1<sup>a</sup>. a 4<sup>a</sup>. séries (HEM), cursos de publicidade, saúde, eletricidade, comércio, ciências humanas (CH), ciências físicas e biológicas (CFB). Na verdade, desde 1976 a escola se transformou, devido à reestruturação da rede escolar, em uma escola apenas de 2<sup>o</sup> Grau. O 1<sup>o</sup> Grau retornaria somente na década de 1980.

#### **4.5 A Formação de Professores: vida e morte de uma experiência educacional**

Sobre a década de 1980, temos o período de maior silêncio nas fontes: desaparecem os documentos escolares, não foram encontradas atas de reuniões, apenas livros de advertência

de alunos. As informações foram levantadas com os depoimentos, meu registro autobiográfico colocado como “Apêndice B”, e materiais pessoais guardados, pois cursei a HEM nesse período.

As instalações da escola estavam sucateadas, as salas eram iluminadas com lâmpadas amarelas, as carteiras antigas, enferrujadas e com as madeiras lascadas, de forma que era muito fácil as roupas terem fios puxados, não havia obrigatoriedade no uso de uniforme, a não ser em educação física que solicitava, para a prática de esportes, bermuda ou calça azul marinho e camiseta branca com o símbolo da escola. Geralmente, os alunos do “magistério” preferiam usar esse conjunto como uniforme, para preservar as roupas que ocasionalmente eram estragadas nas carteiras.

Em meados dessa década, para conseguir uma vaga no 2º Grau, era preciso passar por uma prova, chamada de “vestibulinho”. Na inscrição para essa prova, os alunos já optavam pelo curso pretendido. Os alunos eram classificados e chamados para a matrícula. Teoricamente, não havia diferença na grade curricular dos primeiros anos, pois assim prescrevia a legislação do período, vista no capítulo anterior, mas a escola organizava as classes conforme a opção dos alunos, e assim os professores do ensino regular já sabiam que aquela classe seria do “magistério” e abordavam os conteúdos de uma forma menos aprofundada. A explicação que davam era que os alunos do “magistério” não iriam se direcionar para o curso superior e, portanto, não precisariam de conhecimentos que os habilitassem a prestar o vestibular. Isso era sentido, sobretudo, nas matérias do campo das ciências exatas: física, matemática, química. Consequentemente, esse curso era considerado como um curso “mais fácil”.

A escola trabalhava com seis aulas diárias, somando trinta aulas semanais. O ensino religioso era facultativo para o aluno. A grade curricular da Habilitação Específica para o Magistério estava estruturada de acordo com a Lei 7.044/82 (que reestruturou o 2º grau, retirando seu caráter profissionalizante) e a Deliberação 29/82.

As aulas de didática no segundo ano eram voltadas para uma abordagem mais geral, estudava-se sobre a conceituação de educação, os métodos de ensino e os teóricos da Escola Nova (Dewey, Kilpatrick, Freinet, Froebel, Snyders, Montessori); aprendia-se como elaborar um planejamento, um plano de aula. No terceiro ano as aulas eram divididas pelo próprio professor de didática, cada bimestre correspondia a uma série do ensino fundamental, desse modo o primeiro bimestre era dedicado à alfabetização e assim por diante. O quarto ano era dedicado à pré-escola. A professora de Didática também era responsável pelo estágio (300

horas, segundo a Resolução SE 274/82), e dava aulas orientando qual deveria ser a postura do estagiário.

No curso do magistério podemos dizer que havia uma série de cristalizações de procedimentos que com o passar dos anos perderam o seu significado de origem, mas permaneceram como tarefa escolar permanente, estabelecendo uma cultura escolar. Essas tarefas valiam como cumprimento parcial de horas de estágio.

Assim, além do estágio de observação e participação no curso de 1<sup>a</sup>. a 4<sup>a</sup>. séries, havia uma programação de visitas culturais que deveriam ser realizadas por conta dos próprios alunos, por exemplo: Museu Paulista, “Circuito Cultural” (mantido pela Secretaria de Turismo da Prefeitura de São Paulo), Casa do Bandeirante, entre outras. Eram confeccionadas pastas de datas comemorativas, de dobraduras, materiais pedagógicos como quadro de pregas, flanelógrafo, álbum seriado, entre outros. Os alunos deveriam preparar uma aula para a utilização do material e apresentar para a sala. Também realizavam oficinas para a preparação de lembrancinhas no dia das mães e dos pais e encenavam peças infantis para os alunos na ocasião do dia das crianças, bem como ensaiavam danças para a festa junina. A pasta das datas comemorativas devia conter um desenho referente à data e uma atividade (de preferência “concreta” para aquele desenho), ou seja, os alunos eram orientados a construir algo, desde colagens no próprio desenho até construções com sucata e dinâmicas. Podemos associar que a elaboração desta pasta teve sua origem no início do curso de Formação de Professores Primários, no final da década de 1960, quando as normalistas estagiárias ficavam responsáveis em trabalhar com os alunos justamente as datas comemorativas cívicas, como vimos no início deste capítulo.

No terceiro ano, os alunos tinham um dia de estágio da semana na escola e os outros dias em outras escolas do município de Osasco, de preferência no bairro onde moravam, sempre no contra turno. Era estabelecido um mínimo de horas a cumprir no ciclo básico (1<sup>a</sup>. e 2<sup>a</sup>. séries), na terceira série e na quarta série do 1º Grau. Os estágios eram de observação e participação e deveriam acompanhar o horário de entrada e saída da escola observada. Para cada dia de estágio deveria ser elaborado um relatório, no qual era anotado tudo que acontecia durante a aula. Não eram previstas aulas de regência, mas era comum os diretores das escolas estagiadas pedirem aos estagiários para ficarem com uma classe cuja professora havia faltado.

O quarto ano era dedicado inteiramente à pré-escola: os estágios eram realizados inicialmente, na própria escola, com visitas agendadas na única sala de educação infantil existente. Depois, as estagiárias eram encaminhadas pela professora de didática às pré-escolas públicas do município. Neste caso, não havia escolha, a professora recebia uma lista de

escolas que receberiam estágios da prefeitura e organizava as alunas conforme a distância de suas casas.

O grande problema dos estágios era com os alunos que já trabalhavam. Havia muitas meninas que trabalhavam na “Cidade de Deus” (Banco Bradesco) como digitadoras. Essas organizavam o horário para trabalharem à noite no banco e realizar os estágios à tarde, já que as aulas do curso eram matutinas. Outras tiravam férias para concentrar a realização dos estágios de uma só vez. Algumas já trabalhavam em escolas particulares de “Recreação Infantil”, que não exigiam professoras formadas e, às vezes, conseguiam que os estágios fossem assinados sem que os fizessem. No entanto, havia muita fiscalização: era comum a professora de Didática ligar para as escolas para confirmar se os alunos estavam presentes e, às vezes, até chegava de surpresa. Se a fraude fosse confirmada, todo o estágio era cancelado.

Para as alunas que não conseguiam realizar os estágios sobravam duas alternativas, ou desistiam do curso, ou realizavam os estágios depois de finalizado o curso. De qualquer modo, as alunas não recebiam o diploma da habilitação enquanto não realizassem os estágios.

Podemos concluir que a facilidade encontrada no curso pela abordagem mais amena dos conteúdos da parte comum era, contraditoriamente, complicada com a prática de estágios e a quantidade de trabalhos realizados durante o curso, com a confecção de inúmeros materiais: jogos de matemática, livros de pano, cartilha preparatória para alfabetização, livro de literatura infantil, pasta de desenhos pedagógicos, fantoches, maquetes, além dos já mencionados. Eram poucos os rapazes que se matriculavam no curso, a maioria deles desistia no segundo ano, quando começavam os estágios e os “trabalhos manuais”.

A Deliberação CEE 30/87, trazendo nova reformulação para o curso, eliminou os aprofundamentos no quarto ano, de maneira que os alunos saiam agora formados professores para atuar da pré-escola à quarta série do 1º Grau. A área de didática e prática de ensino passa a ter novas disciplinas autônomas e de caráter obrigatório: Conteúdo e Metodologia de Língua Portuguesa (com ênfase na alfabetização), Conteúdo e Metodologia de Estudos Sociais, Conteúdo e Metodologia de Ciências e Matemática. Em Fundamentos da Educação, o estudo dos aspectos biopsicológicos, sociais, históricos e filosóficos da educação deveria convergir para o conhecimento e o exame dos problemas educacionais brasileiros, a serem desenvolvidos em disciplinas autônomas: Psicologia da educação, Sociologia da Educação, Filosofia da Educação, História da Educação.

Segundo a proposta curricular para a HEM publicada em 1994 pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP/SP), os anos anteriores haviam evidenciado a queda da qualidade de ensino, com os “alarmantes índices de evasão e repetência”, o que levou os

educadores a organizarem um movimento que foi denominado “A didática em questão”. Este movimento culminou na reestruturação do curso de formação de professores alterando a dinâmica das disciplinas, mudando o foco das abordagens, criando inclusive um novo curso de período integral que caminhou paralelamente ao desprestigiado curso dado pela HEM. Trata-se dos já citados Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento para o Magistério (CEFAM), criados em São Paulo, em 1988. Instituídos como solução às críticas formuladas para a formação de professores no 2º Grau, o CEFAM era realizado em período integral, para o qual os alunos matriculados ganhavam uma bolsa de ajuda de custo.

Concomitantemente, a HEM, que permanecera com suas funções, viu a sua dinâmica de trabalho ser afetada por uma combinação perversa de determinações legais que a estrangulavam e situações cotidianas de encaminhamento equivocado das dificuldades que a alcançavam, de modo a resultar num lento processo de deterioração. Sua proposta curricular foi reformulada em 1994 e permaneceu, em parte, nas alterações realizadas em 1998. A publicação, em 1999, das Diretrizes Curriculares para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal, pelo Ministério da Educação, não alterou as orientações dadas no estado de São Paulo em 1998.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96, a Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério (Hem), criada pela Lei 5692/71, é extinta. Em seu lugar, a lei de 1996, em seu artigo 62 determina:

Art. 62 – A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Desse modo, a HEM volta a ser chamada de Curso Normal, seus estudantes, de normalistas, e, conforme o segundo parágrafo do artigo 36, desta mesma lei:

§ 2º. O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (LDB 9394/96)

A modalidade Normal, no ensino médio passa a ser considerada como um curso profissionalizante técnico. Conforme o Decreto Federal nº 2208/97 em seu quinto artigo:

Art. 5º - A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este. (Decreto Federal no. 2208/97)

No estado de São Paulo, conforme as orientações dadas para os cursos profissionalizantes, foi organizada a modalidade Normal, conforme a Indicação CEE nº 14/97 anexa à Deliberação CEE nº 14/97, de 1º de outubro de 1997:

A habilitação profissional para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental poderá ser oferecida na modalidade normal, em nível do ensino médio. Essa habilitação, respeitada a sua especificidade, será tratada como os demais cursos técnicos de nível médio. Neste caso, no sistema de ensino do Estado de São Paulo, será observada a seguinte orientação: carga horária mínima de 1600 horas, na parte profissionalizante, admitindo-se a forma concomitante ou seqüencial ao ensino médio, de acordo com a proposta pedagógica de cada instituição. De qualquer sorte, a conclusão dessa habilitação só poderá ocorrer, no mínimo, um ano após a conclusão do ensino médio. (Indicação CEE nº 14/97)

As implicações dessas diretrizes para o curso de formação de professores em pauta foram desastrosas. Até 1998, quando foram realizadas as mudanças na modalidade Normal, os alunos que pretendiam cursar a Habilitação para o Magistério e eram aprovados em prova classificatória, faziam um primeiro ano básico com disciplinas do ensino médio, mas havia um acordo tácito entre os professores da escola para que os conteúdos fossem direcionados de modo que os alunos adquirissem competências necessárias para o exercício da profissão. Isso era possível porque a direção da escola montava as classes de acordo com a opção de matrícula. Apesar das salas já possuírem um pré-posicionamento, isso não impedia que os alunos solicitassem a transferência para uma sala do curso regular de ensino médio.

Assim, a disciplina de Psicologia lecionada no primeiro ano, nas classes que seriam do Curso Normal recebia um tratamento diferenciado, o mesmo ocorria com as disciplinas comuns, por exemplo, geografia, história e matemática eram voltadas para o desenvolvimento de conceitos básicos, fundamentais, que colaborassem com a compreensão sobre a construção desses conhecimentos. As atividades dos alunos giravam em torno de seminários e exposições orais nas quais se construíam noções sobre a postura (ideal) de um professor, como colocar-se diante da classe, não ficar encostado nas paredes enquanto o colega faz sua exposição, a necessidade de desenvolver uma entonação na voz e uma fala clara, não ter nada na boca como balas ou chicletes.

Infelizmente, nem sempre os professores especialistas em suas áreas de atuação compreendiam essa direção e consideravam as classes do magistério como um momento tranqüilo de sua atuação, em contraposição às classes do ensino regular, trabalhando com conteúdos reduzidos e exercícios rotineiros, que pouco colaboravam com a construção de

conhecimentos necessários para uma atitude reflexiva e crítica reclamada pelas diferentes disciplinas específicas para a formação de professores.

Essa desagregação entre a prática dos professores das disciplinas do núcleo comum e dos professores das disciplinas da parte específica já foi percebida e denunciada por outros estudos sobre o Curso Normal, como o de Almeida (1991: 195) que assinala que a deterioração dos cursos do Magistério, iniciada no período pós-lei 5692/71, é acentuada na década de 80, preocupando educadores. Para esta autora, a descaracterização da HEM é evidenciada pela falta de bibliografia especializada para as disciplinas de cunho profissionalizante, pelo empobrecimento do currículo de formação geral e sua desarticulação com a parte específica do curso, pela inadequação dos métodos e conteúdos às necessidades da escola e das crianças que a freqüentam, entre outros fatores.

Ou seja, a desarticulação entre a parte comum e a parte específica era considerada como um dos fatores responsáveis pela perda de qualidade do curso, demandando por reformas do curso. Estas, de fato, motivaram a iniciativa já citada das Propostas Curriculares. No entanto, neste caso específico, acredito que essa situação poderia ter sido resolvida no interior das próprias escolas, com reuniões de aproximação entre os professores e discussões sérias sobre os objetivos a serem atingidos e os meios necessários para tal. Isso ocorreu na escola em estudo, quando professores mais comprometidos com a história da escola e com a especificidade do curso normal escolhiam, algumas vezes, as aulas desse curso, e em acordo com os professores da parte específica, desenvolviam projetos de ensino em conjunto que ajudavam no sucesso do curso.

Foi com as mudanças do ano de 1999 que os alunos passaram a cursar o curso regular nos primeiros e segundos anos, e no terceiro ano optavam pelo curso normal (com duração de dois anos) ou terminavam o 3º ano do curso regular. Os alunos da própria escola tinham passagem livre para o curso normal, caso o escolhessem; aqueles de outras escolas ou já formados em nível médio, também poderiam matricular-se livremente no terceiro ano do curso normal, no entanto, se a procura fosse maior que o número de vagas havia um processo classificatório. Conforme a legislação em vigor, só poderiam ser abertas 120 vagas no terceiro ano. Essa nova estruturação destruiu o caminho traçado no CENEART, pois, se antes os alunos, de forma indireta, já recebiam orientações sobre a profissão desde os primeiros anos, agora, a modalidade Normal recebia alunos “caídos de pára-quadras”, como se dizia: muitos sequer compreendiam o que era o curso, a construção de uma postura profissional ficou muito difícil e era realizada de forma apressada e superficial. Novamente, emprestando as palavras de Mascaro (1956), muitos “passos à retaguarda” foram dados.

Essas mudanças foram implantadas gradativamente, ou seja, tinha-se o terceiro ano com a nova grade e o quarto ano com a grade antiga. Foram alteradas as disciplinas do curso e a carga horária daquelas que permaneceram. Por exemplo, deixou de ser oferecida a Metodologia e Conteúdos da Pré-Escola, mas os alunos permaneceram com o direito de lecionar na Educação Infantil, a partir da suposição de que o conteúdo dessa disciplina seria pulverizado nas outras disciplinas que abordariam a especificidade da Educação Infantil.

Antes existiam as disciplinas Conteúdos e Metodologia de Matemática e Conteúdos e Metodologia de Ciências, com duas horas/aula cada, lecionadas a partir do terceiro ano. Com as mudanças, essas duas disciplinas foram aglutinadas sob o nome de Conteúdos e Metodologia de Ciências e Matemática, com carga horária de 3h/a no 3º ano e 4h/a no 4º ano. Isso alterou qualitativamente o curso, pois agora um mesmo professor deveria, em três aulas, dar conta (no terceiro ano) de dois campos de conhecimento distintos, pois apesar das aproximações que existem entre ciências e matemática, também há muitas especificidades que precisam ser abordadas, sobretudo, no ensino nas primeiras séries de escolarização. Enquanto na matemática se trabalha com a aquisição do conceito de número e conceitos fundamentais da aritmética, da geometria, etc.; as ciências exploram o conhecimento do mundo relacionado aos seres vivos e aos conhecimentos fundamentais ligados à física e a química (água, luz, energia, transformações da matéria, etc.). Além disso, a carga horária diária foi alterada, de seis aulas por dia, os alunos passaram a ter cinco.

Pela nova grade curricular, a História da Educação seria trabalhada apenas no 4º ano, o que, para os professores do curso, complicaria a aquisição de conhecimentos considerados básicos para uma atitude crítica e reflexiva diante dos conteúdos das outras disciplinas, sobretudo, de Estrutura e Funcionamento de Ensino. Neste caso, foi organizado entre os professores um plano de ensino no qual a disciplina de Filosofia da Educação presente desde o terceiro ano não trabalharia com temas filosóficos como pretendia a sua proposta curricular, implantada pela CENP em 1994, mas se enveredaria para o campo da história da filosofia, explorando o conceito de conhecimento através dos tempos, enfocando o campo da educação e construindo a base necessária de história da educação geral. No entender dos professores, isso permitiria fundamentar tanto a História da Educação no quarto ano (com 2h/a) que exploraria apenas a história da educação brasileira, como a Estrutura e Funcionamento de Ensino (com 4h/a).

Ou seja, a escola possuía um grupo de docentes capacitados para a elaboração de uma proposta pedagógica para o curso, fundamentada nas dificuldades que o próprio grupo enfrentava para o desenvolvimento de um ensino que julgava de qualidade. Além disso, em

1999, haviam sido publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores no ensino médio, e apesar dos professores na escola não receberem novas orientações da Secretaria do Estado de Educação, adaptaram os conteúdos conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais das primeiras séries do Ensino Fundamental. As respostas encontradas, portanto, buscavam uma negociação entre aquilo que era proposto nas normas e as necessidades do dia a dia.

Podemos perceber isso nos planejamentos de ensino de Filosofia da Educação. No quarto ano esta disciplina teve, até 1999, os seguintes objetivos:

Integrar os três universos que tecem a existência humana: universo das relações sociais, da cultura e do trabalho, construindo uma imagem de Homem enquanto sujeito fundamental da Educação e exercendo sobre esta uma reflexão crítica rumo a autonomia intelectual; Sabendo que não há pedagogia sem pressupostos filosóficos, proporcionar aos educandos uma elucidação sobre as teorias que explicam o sentido e o valor da educação na e para a sociedade.<sup>35</sup>

Estes objetivos eram direcionados aos seguintes conteúdos: Cultura e Educação (Cultura, Trabalho e Educação); Filosofia e Educação (O que é filosofia; O processo de filosofar); Ideologia (Ideologia e educação; Contra ideologia); O Senso comum; O senso comum pedagógico; Educação e Sociedade (Educação como redenção, reprodução e transformação da sociedade); Aspectos filosóficos das tendências pedagógicas na prática escolar; Educação e ética. Foram organizados conforme era sugerido na Proposta Curricular para o ensino de Filosofia da Educação, publicada em 1994.

Em 1999, quando a grade curricular da escola é reformulada, a disciplina de Filosofia da Educação passa a ter os seguintes objetivos:

Desenvolver atitudes específicas para o estudo, a pesquisa, o relacionar, o aprender e o refletir em Filosofia; Ler, interpretar e compreender textos de filosofia encadeando o pensar e o fazer filosófico ao longo da história, analisando suas consequências para a educação.<sup>36</sup>

Os conteúdos para o 3º ano eram: Conceito de Cultura, Homem e Humanização; O conhecimento na antiguidade: da consciência mítica ao nascimento da filosofia grega, Filosofia Pré-Socrática e Socrática; Platão; Lógica formal de Aristóteles (indução, dedução e analogia); Filosofia medieval (Patrística e Escolástica). Para o 4º ano os conteúdos eram voltados para: Filosofia do século XVII (Empirismo e Racionalismo); A filosofia na era Moderna e Contemporânea; a Filosofia no século XX (eixos temáticos: cultura e

<sup>35</sup> Planejamento de Ensino – 1997 – Acervo Pessoal.

<sup>36</sup> Planejamento de Ensino – 2003 – Acervo Pessoal

humanização; trabalho e ideologia; educação e sociedade). Era previsto a interação com as outras disciplinas à medida que a filosofia da educação fundamentava o conhecimento para uma compreensão mais aprofundada dos processos educativos e conforme a proximidade dos conteúdos, integrando-se, igualmente, nos estudos do meio.

O plano do curso na modalidade Normal ficou com os seguintes objetivos:

Visando a formação de professores para a Educação Infantil e para as quatro primeiras séries do Ensino fundamental, o Curso Normal, da E.E. Antonio Raposo Tavares, seguindo os princípios estabelecidos na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, tem por objetivos:

- a) Oportunizar ao futuro professor a compreensão do processo educativo e suas implicações quanto a aquisição do saber escolar de seus alunos;
- b) Desenvolver potencialidades, habilidades e competências no que tange adquirir conhecimentos e remetê-los à prática e ao conjunto das situações que enfrenta o profissional da educação no cotidiano escolar, inserindo o futuro professor na sociedade como elemento atuante e transformador;
- c) Propiciar ao educando conhecimentos básicos necessários a sua formação crítica em relação as novas posturas educacionais e aos avanços tecnológicos.<sup>37</sup>

É possível perceber que o plano de curso formulado na escola pretendeu seguir as orientações emanadas das Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores (Parecer CEB nº 1/99), que recomendava, como princípio orientador de formação, a articulação teoria-prática. Além disso, o curso deveria ter como perspectiva:

[...] formar professores autônomos e solidários, capazes de investigar problemas que se colocam no cotidiano escolar, utilizar os conhecimentos, recursos e procedimentos necessários às soluções, avaliar a adequação das escolhas que foram efetivadas, e, ainda, devido as transformações por que passam as sociedades, deverão analisar as conseqüências dos novos paradigmas do conhecer. (Parecer CEB nº 1/99)

A escola inaugurava o ano letivo com uma reunião de pais. Nela, era apresentado o Regimento, ou seja, as regras da escola, bem como as exigências de cada disciplina. Para o curso Normal, encontramos a seguinte pauta de reunião para pais e mestres:

1. Comentários sobre a natureza do Curso Normal – Formação profissional.
2. Obrigatoriedade de realização de estágio fora do horário de aula.
3. Faz parte do currículo, visitas a diversos locais fora do horário de aula (obrigatoriedade de autorização para menores de 18 anos, com cinco dias de antecedência).
4. Postura: adequação de comportamento (na sala de aula, no corredor, fumar em locais inadequados, comer em locais e horários impróprios – dentro da sala -, uso de celular em locais e horários indevidos, etc).

---

<sup>37</sup> Plano de Curso /2002– Arquivo Morto da Escola

5. Ética: integração entre os alunos, no comportamento em geral e usar a hierarquia ao se dirigir a professores e funcionários (deboches e fofocas).
6. Vocabulário – se faz necessário que o futuro professor faça uso de uma linguagem adequada ao curso frequentado e ao meio que irá frequentar em sua vida profissional. Para isso deve entrar em contato com leituras pertinentes à sua formação e que lhe tragam cultura geral e, também, em seu lazer procurar diversões qualitativas, principalmente no que tange à programação de televisão.
7. Serão realizados alguns trabalhos individuais e em grupos que exigirão reuniões e tempo fora da sala de aula.
8. Não serão aceitos trabalhos individuais quando solicitados em grupo (socialização).
9. Haverá rigidez na data de entrega de trabalhos – desconto por atraso – aceitos somente na aula do professor que solicitou.
10. Haverá muitos momentos de pesquisa e isto significa procura em várias fontes de conhecimento (jornais, revistas, livros, sites, documentários, etc.). De posse desses dados, as informações devem ser integradas e o trabalho elaborado, constando sempre a bibliografia consultada.<sup>38</sup>

Essa primeira reunião dava boas vindas ao curso e informava sobre a sua natureza. Podemos perceber, pela análise de seus itens, que contemplava a previsão de alguns problemas e o alerta antecipado para uma organização pessoal para cumprir o que era estipulado no curso, como horas extras para estágios, estudos e pesquisas. Além disso, vemos a tentativa de explicitação do próprio comportamento dos alunos, de manter uma postura segundo padrões do que se espera de um professor, e de regular sua vida pessoal, adquirindo hábitos de leitura e lazer “qualitativos”, ou seja, segundo critérios de uma cultura, possivelmente, erudita.

A partir de meados da década de 1990, os professores desenvolveram um projeto de estudo com os alunos, que começou de uma maneira muito tímida, inserido na disciplina Conteúdos e Metodologia de Estudos Sociais, fruto da proposta curricular dessa disciplina. Aos poucos, este projeto foi capaz de mobilizar todas as disciplinas do curso transformando-se em um projeto interdisciplinar e articulador da teoria e da prática. O trabalho consistia em, a partir da realidade dos alunos (história de vida, lugar onde mora), alcançar os aspectos multidimensionais que caracterizam a realidade brasileira. Esses conhecimentos construídos pelos alunos deveriam ser organizados em atividades práticas que seriam desenvolvidas com outros alunos da própria escola.

Com o passar dos anos, o projeto passou a seguir uma abordagem em círculos concêntricos que previa a ampliação e o aprofundamento dos estudos. Descreverei a forma

---

<sup>38</sup> Pauta de Reunião de Pais e Mestres – Acervo pessoal

final do projeto que, ano a ano, foi ganhando reformulações e passou a ser considerado como um trabalho de formatura.

No terceiro ano era proposto que os alunos realizassem uma pesquisa histórica e geográfica a partir de sua própria vida. O estudo começava com a elaboração da história de vida: os alunos confeccionavam uma pasta com suas informações (desde o nascimento) e de sua família (lugares onde morou e principais fatos que conseguissem lembrar). A pasta deveria conter a árvore genealógica, textos, fotografias, ilustrações, relíquias, tudo aquilo que o aluno conseguisse levantar de seu passado até a entrada no curso. O trabalho era disparado a partir da leitura do livro de literatura infanto-juvenil de Ana Maria Machado “Bisa Bia e Bisa Bel”, discutido em sala de aula. Esse trabalho era individual e apresentado para a classe, durante o primeiro e segundo bimestres. O próximo passo era investigar a origem do bairro onde morava. Como isso demandava muito trabalho, a classe era dividida em grupos e as alunas escolhiam os bairros que gostariam de pesquisar (não poderia ser o bairro central). Como raramente existia algum texto sobre o bairro, as alunas eram orientadas a fazer entrevistas com os moradores mais antigos, visitar as igrejas do bairro para levantar algumas informações e/ou as antigas associações “Amigos de Bairro”. Essas informações eram levantadas e organizadas pelos grupos, cada qual devendo construir uma maquete com as principais benfeitorias do bairro, e apresentadas para a classe. Apareciam informações muito interessantes, como por exemplo, a existência de uma senzala na região, fato ignorado pela historiografia sobre o município.

Já no quarto ano, a pesquisa voltava-se para a própria escola CENEART e o bairro central, o que, na verdade, tratava-se de levantar informações do próprio município. Novamente as classes eram divididas em grupos, porém como o trabalho a ser desenvolvido implicava um grande volume de informações, a dinâmica do trabalho passava a ser diferente. Todas as classes de quarto ano eram envolvidas, criavam-se seis grandes grupos: Osasco, Região Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Cada aluno se inscrevia no grupo que gostaria de pesquisar, no entanto, a grande maioria acabava escolhendo o grupo da própria classe. Conforme o depoimento de uma ex-aluna, esse projeto mobilizava os alunos e trazia muitos conflitos:

*O que mais marcou no curso foi o projeto no final, até hoje falamos sobre ele e damos muitas risadas, porque foi um projeto que, era dividido por regiões e meu grupo ficou com a região Nordeste. Tivemos muitas brigas, porque uma não fez, outra não apareceu. Era um monte de mulheres juntas e era briga feia de não se falar mais. Os grupos eram grandes e foi dividido*

*por região foi algo que marcou muito a realização do projeto (Apêndice A - Relato F)<sup>39</sup>*

Nesta altura iniciavam-se os estudos do meio: visitava-se o Museu Municipal e a nascente do córrego Bussocaba, que corta a cidade e passa em frente à prefeitura (Parque Chico Mendes); o Pico do Jaraguá para buscar influências dos bandeirantes para a região e para São Paulo, bem como a importância do rio Tietê. Ou seja, o projeto iniciado com a história da vida de cada um, culminava com a história do próprio país.

Neste ponto, todas as disciplinas já estavam envolvidas, pois nos estudos do meio, as alunas eram orientadas a buscar informações que referissem a história, a geografia, a cultura, o meio ambiente, a estrutura educacional, questões políticas e sociais etc. Essas informações eram complementadas com pesquisas sobre os temas. Havia visitas para a nascente do Rio Tietê em Salesópolis, fazia-se um roteiro para a visita “São Paulo histórico”, ou seja, um passeio pelas ruas do centro antigo de São Paulo, observação de prédios e visitas a centros culturais como “Solar da Marquesa”, Museu Paulista, Memorial do Imigrante, entre outras atividades.

Existiam as visitas obrigatórias que eram de custo menor e estavam situadas na grande São Paulo, e outras mais distantes, com custos mais altos. Estas últimas variavam de ano para ano, conforme as condições financeiras do grupo, pois dependiam da disponibilidade dos alunos. Chegaram a visitar São Vicente, marco inicial da colonização; o “Roteiro dos Bandeirantes”, que abrangia as cidades de Santana do Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Itu, o Parque Varvito e Parque das Monções em Porto Feliz; uma fazenda de café; Taubaté e o Sítio do Pica Pau Amarelo; Barra Bonita. Um grupo pequeno de alunos certa vez organizou uma saída para as cidades históricas de Minas Gerais. Para a ex-aluna desse período:

*Em relação às saídas extra-curriculares, havia muitos passeios. “Foram para Salesópolis, conhecer a nascente do rio Tietê, conhecemos uma senzala. Teve um outro passeio com visita em São Paulo: foi o Museu do Ipiranga, Estação Ciência. Nesta saída, nos fomos de trem e outras nós íamos com ônibus da própria escola. Tinha também os passeios da escola: Playcenter, cinema... Tinha os estudos do meio: ...a proposta era que nós conhecêssemos por exemplo a Serra do Mar, para que depois nós levássemos os alunos também. Fomos em uma fazenda de café, em Campinas. Era uma fazenda dos donos da Mitsubish, eram japoneses. Lá conhecemos todo o processo... o local onde os escravos ficavam..., a história das telhas feitas nas coxas e, na época, elas não se encaixavam..., o mirante onde eles olhavam se tinha alguma invasão, hoje, lá eles ainda cultivam o café e tinham criação de piranhas também...” Eu tenho fotos de lá. (Apêndice A – Relato F).*

---

<sup>39</sup> Relato de ex-aluna do final da década de 90.

O objetivo não era que as normalistas conhecessem os lugares para depois promoverem excursões com seus futuros alunos. Pretendia-se que as alunas ampliassem os seus próprios conhecimentos, que relacionassem aquilo que liam nos livros com as vivências durante as saídas, além do papel socializador dos passeios, que visavam aproximar os grupos e ultrapassar os conflitos, pois independente da amizade era preciso aprender a trabalhar com as diferentes pessoas.

A escola não possuía ônibus, contratavam-se empresas especializadas em excursões escolares, com monitores que transmitiam informações sobre os lugares, faziam dinâmicas e apresentavam dicas para o trabalho com crianças. O objetivo era vivenciar a própria cultura, visitar lugares que, a maioria, só conhecia através de livros, mesmo estando tão perto. Segundo a ex-aluna:

*[...] as saídas que traziam muitas contribuições: pela cultura de cada um que passava a conhecer coisas diferentes, que ficavam muito marcadas, e, também como possibilidade para ver que aquilo que agente estava estudando poderia ser levado para fora da sala de aula, e, isso sim, hoje agente aplica. Hoje, quando planejamos, pensamos: “Olha... dá para levar os alunos em tal lugar...” “ Porque, na verdade, existem inúmeros lugares, que podem ser escolhidos, então aquelas saídas serviram de base: “dá para fazer algo diferente, sem ser um projeto para se fazer dentro da escola e se limitar aquele espaço. Aquilo dá para fazer, dá para sair dos muros da escola. Isso foi muito produtivo [...]” (Apêndice A – Relato F)<sup>40</sup>*

É preciso ressaltar que nem todas as saídas eram realizadas com a mesma turma, ou seja, as saídas imprescindíveis eram aquelas na cidade de Osasco, nas quais os alunos se dirigiam para os locais combinados, no lugar de irem para a escola e aos locais da Grande São Paulo como o Centro Histórico e alguns museus, realizados nos finais de semana, nos quais os custos eram apenas com o transporte coletivo. As saídas mais distantes eram acordadas com os alunos com grande antecedência para que pudessem arrecadar fundos para o pagamento das excursões. Dentre elas, a única exigida era a visita à nascente do Rio Tietê. As outras aconteciam conforme as possibilidades dos alunos, algumas classes organizavam vendas de produtos (como tortas e bolos) ou rifas para atenuar o custo individual, ou cobrir as despesas de algum aluno como menor condição financeira.

Além das visitas, as alunas deveriam pesquisar informações sobre a região estudada pelo seu grupo. Todas as informações deveriam ser organizadas em uma pasta, subdivididas entre as informações gerais e o conteúdo exigido em cada disciplina envolvida no projeto. Assim esperava-se que, em Conteúdos e Metodologia de História e Geografia, as alunas

---

<sup>40</sup> Relato de ex-aluna do final da década de 90.

levantassem o histórico da região, a organização política, social e econômica, os costumes e sua influência no processo econômico, social e cultural da nação brasileira, a origem da população, a transformação do espaço e suas consequências para o meio ambiente. Em Conteúdos e Metodologia de Ciências e Matemática, as alunas deveriam abordar a organização funcional do ambiente e seus componentes, as interações do homem e o ambiente, o espaço e as formas (geometria), aritmética, medidas, estatística e probabilidade com a construção de gráficos e tabelas. Em Estrutura e Funcionamento do Ensino, História da Educação e Filosofia da Educação o histórico da educação na região, os pressupostos filosóficos orientadores e seus problemas. Conteúdos e Metodologia de Língua Portuguesa abordava a própria elaboração do projeto: leitura e interpretação de textos, recursos de comunicação, apropriação da coerência e coesão textual.

Depois da pesquisa e da organização das informações, as alunas passavam para a última etapa do projeto que era elaborar oficinas para outros alunos da escola. A disciplina de didática e as metodologias entravam no planejamento: objetivos, conteúdos, procedimentos, recursos e avaliação; organizados conforme as características dos alunos que frequentariam as oficinas, os conhecimentos dos temas a serem adquiridos, o espaço escolar e os recursos financeiros necessários. As alunas deveriam escolher os principais pontos da pesquisa e transformá-los em prática.

Para tanto, os professores acordavam com a direção da escola um dia no mês de novembro, na qual os alunos do ensino médio e ensino fundamental, ao invés de assistirem as aulas regulares participavam das oficinas. Os grupos deveriam se subdividir em equipes para atender os períodos da manhã (Ensino Médio) e tarde (segundo ciclo do Ensino Fundamental). Os professores do curso Normal organizavam o horário para as classes interessadas visitarem as oficinas. Eram seis oficinas que funcionavam nas salas do curso normal, concomitantemente, e duravam cinquenta minutos, sendo duas apresentações antes do intervalo e duas depois. Os alunos do grupo que não eram da equipe responsável daquele horário podiam visitar e participar das oficinas de seus colegas de curso.

Toda a organização interna das oficinas (montagem de equipes, divisão de horários) era de responsabilidade do grupo, cujos integrantes precisavam ter pleno domínio do conteúdo a ser trabalhado. As oficinas, como o próprio nome diz, deviam apresentar uma base teórica, mas tinham que realizar um trabalho dinâmico que resultasse em uma produção dos visitantes.

A avaliação desse trabalho era dividida em três partes: a produção teórica da pasta, a dinâmica do grupo na apresentação das oficinas e, principalmente, a auto-avaliação, dividida

em duas partes, a avaliação do grupo em relação a cada componente e a auto-avaliação individual.

Em 2004, esse projeto intitulava-se “Ceneart-Brasil-Ceneart: Ano V”, indicando a própria dinâmica de seu desenvolvimento: partia-se do conhecimento do regional, da escola, e ampliava-se para a pesquisa de todas as regiões do Brasil, culminando com a apresentação das oficinas na escola novamente. Apresentava a seguinte justificativa:

Sendo o curso Normal um curso profissionalizante que habilitará os alunos a lidarem com o complexo processo de ensino e aprendizagem, cabe introduzirmos no curso um espaço e tempo definidos no qual o exercício do aprender, compreender e ensinar possa ocorrer de maneira significativa, colocando em prática todo o conhecimento teórico apreendido.

Munidos das diretrizes propostas na legislação atual e nos parâmetros curriculares nacionais, colocaremos em prática as competências e habilidades definidas nos planos anuais de cada disciplina do curso e requeridas para a formação do professor.

A realização do projeto dar-se-á mediante o resgate de conceitos históricos que conduzirão à realidade da comunidade escolar e suas características ambientais, estendendo-se às regiões brasileiras, envolvendo as várias disciplinas que compõem o curso Normal, determinando assim, um trabalho de conclusão do ano letivo.

Diante do caráter interdisciplinar deste projeto, seu desenvolvimento provocará uma real transcendência de seu tema, pois envolverá a visão do mundo através das inter-relações e interdependências de seus componentes ambientais, econômicos, culturais, sociais, políticos, psicológicos, históricos; buscando enfim, a real construção da cidadania.<sup>41</sup>

Esse era um projeto bastante complexo que se desenvolvia ao longo dos dois anos do curso, por isso passou a ser considerado como trabalho de conclusão. No terceiro ano, desenvolvia-se de uma maneira mais tranqüila, quase imperceptível, pois os trabalhos eram individuais e em pequenos grupos, e depois, no quarto ano de maneira mais incisiva. Naturalmente, os alunos do terceiro ano assistiam as oficinas e eram avisados pelos formandos que eles ainda iam ver “o que era bom prá tosse”, para desespero dos novatos.

Os terceiros anos, por outro lado, também vivenciavam a experiência de apresentação de trabalhos. A escola mantinha em seu calendário a “Semana Cultural”, a antiga “Semana do Colégio” das décadas de 60 e 70, transformada em “Raposiadas” na década de 80, abandonada durante um certo período, e, ressurgida na década de 90 como “Semana Cultural”. Para ela, todas as classes produziam exposições, dramatizações, concertos musicais, e oficinas. Os alunos se inscreviam em projetos conforme suas predileções, junto a um professor e organizavam a exposição para os visitantes, que durava de dois a três dias. Podia ser a antiga “Feira de Ciências”, com experiências simples (apoiadas na visita à Estação

---

<sup>41</sup> Projeto: “Ceneart-Brasil-Ceneart: Ano V” – Arquivo pessoal

Ciências) junto à professora de Metodologia de Ciências e Matemática, ou encenavam dramatizações com teatro de sombras ou de fantoches em Metodologia de Língua Portuguesa. Como os alunos do quarto ano ficavam ocupados com o projeto do próprio curso, os alunos do terceiro ano representavam o Curso Normal na “Semana Cultural” da escola.

É importante lembrar, para entendermos a própria dinâmica do curso, que os alunos desde o terceiro ano participavam de uma série de eventos. Os terceiroanistas visitavam a Escola Montessoriana que existia na Mooca, a Estação Ciências (Museu de Ciências da Universidade de São Paulo, na Lapa), o Museu da Língua Portuguesa (Estação de trens da Luz), e, todas as séries participavam das oficinas oferecidas anualmente na “Semana do Magistério” do Colégio Nossa Senhora da Misericórdia, local, e também do encontro “Conversando sobre Educação”, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

As saídas eram organizadas conforme os conteúdos que os professores estavam desenvolvendo e eram realizadas com o objetivo de ampliar as perspectivas dos alunos. Todas as saídas necessitavam de um plano de excursão que deveria ser aprovado pela direção da escola e pelo supervisor de ensino. Exemplo de um plano de excursão:

Plano de Excursão: Parque Municipal “Chico Mendes”

Objetivos: Iniciando os trabalhos de estudos do meio buscamos: ampliar os conhecimentos sobre a preservação e a educação ambiental desenvolvidos no município, bem como, observar os aspectos históricos e geográficos locais.

Programa de atividades: Visita monitorada ao Parque “Chico Mendes”, observando a biodiversidade e a ação do homem na transformação do ambiente.

Avaliação: Dar-se-á a partir da observação da participação nas atividades durante a visita e da sistematização dos conteúdos ao longo do ano na realização do projeto “Ceneart-Brasil-Ceneart”.

Local de destino: Parque Municipal “Chico Mendes” – City Bussocaba/Osasco.<sup>42</sup>

É importante frisar que o projeto “Ceneart-Brasil-Ceneart” era desenvolvido paralelamente às aulas do Curso Normal. Todas as disciplinas mantinham sua programação normalmente, eram marcadas reuniões mensais para discutir o andamento do projeto, mas concomitantemente, os alunos continuavam a elaboração dos trabalhos específicos de cada disciplina. Por exemplo, em Conteúdo e Metodologia de Ciências os alunos realizavam pequenos trabalhos em grupo como: organizar os conteúdos propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para Ciências de 1<sup>a</sup>. a 4<sup>a</sup>. series, apresentar oficinas de como explorar esses conteúdos, analisar livros didáticos comparando-os com aquilo que estava

---

<sup>42</sup> Fonte: Arquivo Morto da Escola

determinado no PCN, discutir questões observadas nos estágios em relação aos conteúdos vistos na disciplina. Dessa forma, o aluno, por meio das experiências que ia vivenciando no curso, adquiria um acervo instrumental para as próximas etapas.

Em Didática, os alunos organizavam a regência, verdadeiro momento de terror para todos os alunos, graças a pressão dos trabalhos exigidos pelos professores. Importante momento do estágio, a regência era realizada no quarto ano e tinha a seguinte dinâmica: como a escola perdera o ensino de 1<sup>a</sup> a 4<sup>as</sup> séries com a reorganização da rede da década de 1990, a professora de Didática e a direção da escola estabeleceram um acordo com a Escola Municipal “Marechal Bittencourt”, de 1<sup>a</sup> a 4<sup>as</sup> séries do Ensino Fundamental, para que as normalistas pudessem realizar uma experiência de ensino com alunos dessa faixa etária. Isso foi possível porque os alunos formados nesta escola eram encaminhados para a matrícula no segundo ciclo do Ensino Fundamental no CENEART e, mais amplamente, pelo passado comum que ambas as escolas possuem. Em reunião com os professores da escola municipal, combinava-se o que eles gostariam que as normalistas apresentassem para os alunos, estabelecia-se as classes que receberiam as estagiárias e o dia. Neste dia, a aula de todo o período ficava sobre a responsabilidade das normalistas. Os estagiários eram divididos em grupos e escolhiam de uma lista apresentada pela professora de didática, o tema que iriam desenvolver. Cada componente do grupo deveria ser responsável por uma parte da aula que deveria ser planejada abordando vários aspectos do tema de uma maneira dinâmica, de preferência em forma de oficina.

No dia da regência, os estagiários eram avaliados pela professora da classe, pela professora de didática, que acompanhava o grupo, pelos componentes do grupo que deveriam avaliar a atuação do colega e por si mesmos quanto ao domínio do conteúdo e da classe, a postura, a linguagem utilizada e a apresentação, isto é, roupas adequadas.

Esperava-se que trabalhos desenvolvidos durante o curso em todas as disciplinas tivessem colaborado para este momento, considerado como a culminância de todos os esforços. Mas, nem todos o sentiam assim, conforme uma ex-aluna do período coloca em seus relatos:

*Além disso, tinha os estágios e a realização da regência com uma professora que era muito enérgica. Ela era professora dos estágios e foi nos acompanhar até a escola Marechal Bittencourt na qual faríamos a regência. Foi um dia de muito medo, não foi legal o dia da regência. Nos preparamos, mas foi um dia de muito medo porque estávamos sendo avaliadas. Depois eu retornei nesta escola para trabalhar. Eu passei por aquele momento traumatizante, e depois acabei avaliando que tudo aquilo que naquele momento foi falado, que a aula tinha que ser daquela forma, não é o que acontece. Existe sim, momentos para jogos, existe momentos*

*para brincadeiras, mas não é só isso uma aula. É uma diversidade, naquele momento da regência, tínhamos que ficar um período com os alunos sem o uso da lousa, iríamos ser avaliados se daríamos as costas ou não, então foi um momento de muita ansiedade - “Muita paura”. (Apêndice A – Relato F)<sup>43</sup>*

Na verdade, os próprios professores do curso Normal, ficavam apreensivos com a regência, pois o fracasso ou sucesso das alunas refletiam o próprio curso. Isso gerava um clima muito pesado para a realização das regências que acabava interferindo na própria atuação das alunas. A apresentação do projeto “Ceneart–Brasil–Ceneart”, que envolvia o lidar com alunos mais velhos, às vezes da própria idade das normalistas, era realizada de maneira mais tranqüila.

Outro fato que marca distintivamente o curso que analisamos neste trabalho de pesquisa foi a preocupação dos professores em relação a qualidade de ensino alcançada nas várias disciplinas. Qualidade pensada enquanto cumprimento do plano de curso. Em uma reunião entre os professores do curso Normal, em 2002, debateu-se sobre desvios que estavam ocorrendo em algumas disciplinas. Por exemplo: como as alunas descobriram que a professora de Filosofia de Educação tinha trabalhos manuais artísticos, publicados em revistas, a partir da reciclagem de jornais, solicitaram que a mesma ensinasse as técnicas desse tipo de artesanato. O problema foi a utilização do horário de aula para isso. Depois de uma acalorada discussão entre os professores do curso, ficou decidido pela realização de um “provão” com os conteúdos de todas as disciplinas, nos moldes dos concursos públicos, para que se avaliasse os conteúdos adquiridos pelos alunos durante o curso. Com esta prova, os professores estabeleceram três objetivos a serem alcançados: promover uma vivência de avaliação ritualizada nos moldes de concursos e vestibulares, como forma de preparação dos alunos; avaliar o nível de conhecimentos adquiridos ao longo do curso pelos alunos; e, buscar o controle dos professores das diferentes disciplinas no cumprimento do plano de curso.

Tal “provão” foi elaborado pelos próprios professores, mesmo aqueles que tinham sido acusados de não cumprirem o plano de curso. Cada disciplina deveria contribuir com cinco questões de múltipla escolha (4 alternativas), sendo apenas uma resposta correta e totalizando 50 questões ao todo. Uma professora ficou responsável em recolher as questões e organizá-las conforme o padrão utilizado em concursos. As questões foram distribuídas pela prova sem separação entre as disciplinas. A prova foi custeada pela direção e realizada em dia especialmente agendado, apenas para os quartos anos.

---

<sup>43</sup> Relato de ex-aluna do final da década de 90.

Foi elaborada uma lista única de alunos em ordem alfabética e dividida em três salas, os alunos tinham os lugares marcados e o prazo de realização da prova era de três horas, sendo que ninguém poderia se retirar sem que transcorressem uma hora de prova. Simulando os padrões observados em concursos, para que os alunos vivenciassem uma experiência avaliativa externa. É preciso lembrar que os alunos do curso normal não eram atingidos pelas avaliações externas, como o SARESP, por exemplo.

Os resultados alcançados foram positivos, a maioria dos alunos acertou pelo menos cinquenta por cento da prova. Foi possível levantar alguns problemas em algumas disciplinas, o que demonstrou falta de comunicação e integração entre os professores, principalmente, entre aqueles que eram recém chegados à escola. Ficou decidido que deveria ser estudada uma maneira de construir uma integração maior entre os professores. Infelizmente, essa experiência valiosa não conquistou os resultados esperados: em primeiro lugar por ter sido interrompida já em 2003 pelo seu alto custo e pelo fechamento do curso; em segundo lugar, os professores não conseguiram espaço e tempo para avaliar de forma mais aprofundada os resultados da prova para seu futuro aperfeiçoamento e reformulação da própria prática de ensino; e, além disso, muitos dados levantados foram perdidos pelas dificuldades do dia a dia escolar.

Finalizando este capítulo, o que podemos perceber nesta reconstituição apoiada em inúmeros relatos, foi que, apesar de momentos de maior envolvimento e outros de menor entusiasmo, a escola foi tentando ao longo do tempo, manter algumas práticas escolares tradicionais, como a comemoração de seu aniversário, eventos com a participação de alunos, as saídas culturais, realizadas desde os primórdios da escola. Evidentemente, estas atividades ganham novo colorido a cada edição, por exemplo, na década de 80, os alunos da antiga HEM faziam as visitas por sua própria conta, geralmente combinavam em pequenos grupos e visitavam os lugares que valiam horas de estágio. Já no final da década de 90, as visitas eram programadas pelos professores que deveriam elaborar um plano de excursão. Qualquer saída dos alunos da escola só era aprovada pela Diretoria de Ensino, na voz do supervisor, se fosse planejada e justificada a partir do planejamento de ensino do professor que organizava a excursão. Engessava-se, assim, de certa maneira, o cotidiano escolar, mas apesar disso, podemos descortinar a manutenção de certas tradições na escola, promovendo uma cultura escolar articulada ao passado considerado “de qualidade”.

Uma das coisas que sempre caracterizou o curso de formação de professores do CENEART foi a presença de pessoas mais velhas, condição que, inclusive, possibilitava a realização de todas essas atividades descritas, pois, como eram geralmente independentes

financeiramente, promoviam uma certa motivação entre os alunos mais jovens, inclusive sugerindo campanhas de arrecadação de fundos para alunos desfavorecidos. No início na década de 1960, havia alunos mais velhos pela própria dinâmica do sistema de ensino, muitos alunos que não haviam freqüentado o curso secundário retornavam à escola, e o magistério era uma possibilidade de garantia de emprego e ascensão social, principalmente, às mulheres. Na década de 1970, era comum encontrar alunas mais velhas, sobretudo no quarto ano, considerado como uma especialização. Assim, professoras formadas no Curso Normal de três anos, retornavam à escola para cursar mais um ano e serem habilitadas a lecionar na pré-escola.

Na década de 1980 temos a presença marcante de adolescentes, mas mesmo assim, eram encontradas mulheres mais velhas, casadas e com filhos que retornavam à escola em busca do sonho de tornar-se professora. Essas senhoras eram apelidadas de “senhorinhas” e muitas vezes, tornavam-se o elemento aglutinador das turmas, eram as conselheiras, as que tinham coragem de reivindicar aos professores solicitações dos alunos. Mas, outras vezes, se constituíam como um grupo isolado pelas dificuldades no entendimento das matérias e uma visão de mundo diferenciada.

Na década de 1990, aumenta a presença de pessoas mais velhas no curso. Além daquelas que nutriam a esperança de realizar um projeto adiado, aparecem senhoras que trabalham como pajens nas creches da prefeitura e buscam uma nova perspectiva de trabalho. Isso pode ser notado no depoimento de uma ex-aluna, (Apêndice A – Relato F)<sup>44</sup>:

*As pessoas que cursavam o curso, inicialmente, assustou porque ela veio de uma escola que até a oitava série todas as pessoas tinham a mesma idade e num primeiro momento ela pensou em desistir do magistério porque ela entrou em uma sala que eram pessoas muito mais velhas, eram uma sala quase de senhoras. Tinham meninas de sua idade, mas sessenta por cento/setenta por cento da sala eram com idade mais avançada. E ali, o dia a dia foi mostrando que aquilo não significava nada. Elas tinham algumas dificuldades a mais, nas próprias aulas, demoravam um pouquinho a mais para entender aquilo que agente tinha explicado, não eram tão dinâmicas, mas foram complementando o grupo. Era uma sala com pessoas com um pouquinho mais de idade. (Apêndice A – Relato F)*

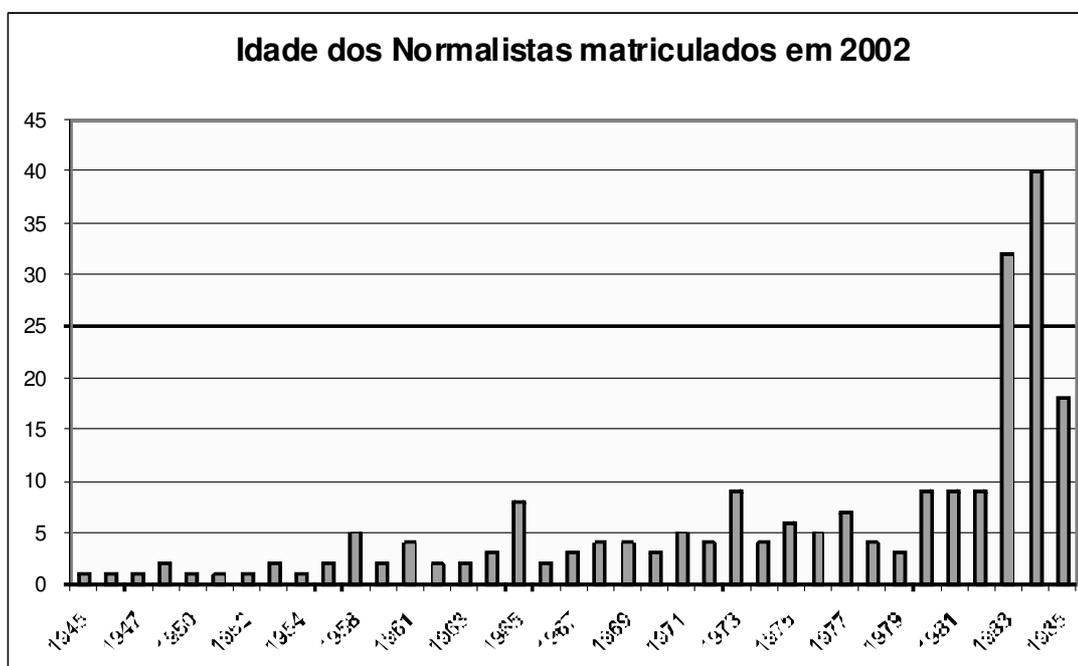
Podemos tomar como base para observarmos a grande variação das idades e a presença de alunas mais velhas, que caracterizaram o curso em seus anos finais, as informações sobre a matrícula de alunos do ano letivo de 2002 (escolhido por ser a penúltima turma, e portanto, ainda sem a pressão de estar em um curso que fora fechado), na modalidade

---

<sup>44</sup> Depoimento gravado em voz de ex-aluna do final da década de 90: Relato F – Apêndice A

Normal do ensino médio da escola. Foram levantados o ano de nascimento de cada aluna e o número de matrículas nos diferentes anos. O resultado aparece a seguir:

Gráfico 3: Idade das alunas matriculadas no Curso Normal em 2002.



Fonte: Arquivo da escola

Em 2002, havia 219 alunas matriculadas em três salas de terceiro ano e três salas de quarto ano. Como podemos observar, a variedade de idades era bem grande, com uma aluna nascida em 1945 e, portanto, com cinquenta e sete anos de idade, e dezoito alunas nascidas em 1985, com dezessete anos de idade. Apesar da maioria das alunas matriculadas possuírem entre 17 a 20 anos, a presença de pessoas mais velhas trazia características singulares para o curso. As alunas vinham para a escola com um objetivo, muitas trabalhavam em creches da prefeitura e escolas de recreação infantil e levavam o estudo a sério, ou seja, exigiam qualidade de ensino. O curso tentava integrar as alunas, mas os conflitos eram inevitáveis:

*A relação entre os alunos: era só mulheres, eram salas numerosas... e tinham os grupos.... Foram feitos grupos: o grupo da Isabel, o grupo da Magda, o grupo da Marlene, mas em determinados momentos esses grupos acabavam sendo diluídos e formavam-se outros grupos ou grupos maiores porque os trabalhos faziam com que se fizesse isso. A relação em si, existia uma boa relação, claro que se tinha intimidade mais com algumas pessoas com outras não, com uns você convive com outros você tem uma relação mais de amizade mesmo. Mas, a sala em si foi uma sala que participou. Em todos os trabalhos estiveram juntos. Não era fácil [...] (Apêndice A – Relato F)*

O curso de formação de professores do CENEART em seus anos finais ganhou uma forte estruturação, como podemos perceber nos exemplos citados acima. No entanto, desde o início sempre foi marcado pelo compromisso de seus professores, o que lhe deu unidade ao longo do quarenta anos de existência.

Podemos perceber, também, que o curso exibia vários problemas abordados por muitos pesquisadores da área de formação de professores. Um exemplo claro é a questão do estágio. Apesar do esforço da escola na articulação entre teoria e prática, o estágio permanecia dividido em etapas fixas e estanques, como foi observado por Pimenta (2006:61) em seus estudos sobre a HEM. De fato, os alunos realizavam seus estágios em diversas escolas do município, nelas cumprindo a observação de aulas, pois a participação, efetivamente, só ocorria em alguns casos, geralmente, quando o estagiário conseguia se relacionar com a professora da classe com maior proximidade. A regência era realizada em uma escola específica, escolhida pela professora de didática, e não se associava com aquilo que fora observado. Os alunos iam para uma escola que nunca tinham adentrado, desenvolver oficinas com alunos que não conheciam.

Soma-se a isso que a integração do estágio com as outras disciplinas acontecia através de diálogos durante as aulas, quando os alunos, ocasionalmente, traziam alguma questão observada para debate e, praticamente no final do curso, nas orientações para a elaboração de oficinas.

O curso reduzido a dois anos, pelo que podemos observar estava sobrecarregado, tanto que na reunião de pais de abertura do ano letivo, pais e alunos eram avisados que o curso dependia de estudos e atividades realizadas fora do horário de aulas.

Apesar disso, era um curso que alcançava bons resultados, observados sobretudo pela grande procura por suas vagas: até 2003, a escola teve que promover exames classificatórios para a matrícula ou convivia com candidatos que, no período de matrícula, viravam a noite numa fila por uma vaga. Os alunos formados rapidamente entravam no mercado de trabalho - era comum escolas de pequeno porte procurar alunos para compor seu quadro docente - e muitos eram aprovados em concursos públicos, conforme os depoimentos tomados.

Não obstante, por meio de atos legislativos, o curso Normal foi fechado pelas autoridades estaduais de educação em todo o território paulista, desconsiderando a dinâmica interna de cada instituição. Na escola em estudo percebemos como, ao longo dos anos, houve a preocupação em oferecer um curso de qualidade, caracterizando essa escola como atuante em seu meio social, e que pode ser tomada como batalhadora, que mostrava capacidade de resolver problemas que surgiam no seu cotidiano e também questões trazidas pela instituição

de normas que provocavam um descompasso para o curso que desenvolvia. Essas conclusões certamente poderiam ser reprisadas em outras monografias, sobre outros cursos da modalidade normal que existiram no Estado de São Paulo.

Vimos a história de um curso que nasceu em meados da década de 1960, criou vida mostrando-se à cidade no decorrer de sua duração e apesar dos percalços buscava cumprir a sua função de formar professores até a decretação de sua morte.